

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
ANO BASE 2022/2023



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ



MENSAGEM DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados e Excelentíssimas Senhoras Deputadas

É uma honra dirigir-me à essa Douta Casa Legislativa para apresentar o Relatório de Atividades do Ministério Público do Estado do Pará - MPPA, referentes ao exercício de 2022, bem como o planejamento e as necessidades para 2023, conforme o que estabelece o § 3º do Art. 179 da Constituição Estadual de 1989.

As principais atividades realizadas em 2022 estão expressas neste relatório a partir de informações dos diversos órgãos e unidades do Ministério Público, bem como pelos departamentos administrativos, assessorias e demais estruturas desta instituição ministerial, enfatizando aos ilustres parlamentares a aplicação dos recursos financeiros recebidos no exercício em questão.

O presente relatório está estruturado tendo como introdução um texto sobre a identificação da instituição, seguida das ações do Planejamento Estratégico e a demonstração de seu Orçamento. Logo após, são apresentadas as principais realizações finalísticas por área de atuação, evidenciando também os resultados obtidos quanto ao relacionamento com a sociedade e, por fim, as atividades realizadas pela Gestão Administrativa do Ministério Público.

Com o fim das regras impostas pela Lei Complementar nº 173/2020 no final do ano de 2021, foi possível avançar no crescimento sustentável do parquet, permitindo a realização de ações estruturantes, necessárias para a consolidação e fortalecimento desta instituição prestadora de serviços relevantes à sociedade paraense.

Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, o ano de 2022, segundo ano da atual gestão, foi marcado por um avanço considerável na execução do plano de trabalho apresentado durante o pleito eleitoral, tendo havido uma sinergia de esforços entre todos os integrantes da instituição, com o único objetivo de fazer cumprir a proposta de trabalho e seu orçamento, construído nesta gestão para o exercício, de forma mais eficiente possível.

Dessa forma, foi possível executar 100% do orçamento para o exercício 2022 e mais R\$ 28,5 Milhões de Superávit Financeiro que ingressaram no orçamento para suprir toda despesa realizada, e cumprir o limite de gastos com pessoal, determinado na Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, fechando o exercício com o

percentual de 1,3945% sobre a Receita Corrente Líquida, abaixo do limite de alerta, que é de 1,80% da RCL.

Exmo. Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, encerro aqui a minha mensagem de apresentação do Relatório de Atividades do Ministério Público do Estado do Pará - MPPA, referentes ao exercício de 2022, planejamento e necessidades para 2023, renovando a mais alta estima por essa conceituada casa e submetendo à apreciação de V. Excelências o documento de cumprimento da Carta Constitucional.



César Bechara Nader Mattar Júnior

Procurador-Geral de Justiça

SUMÁRIO

1.	O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ.....	07
	A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ.....	07
2.	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	09
	2.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	09
	PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2023.....	12
	2.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2022.....	13
	PLANEJAMENTO 2023.....	16
3.	PRINCIPAIS AÇÕES FINALÍSTICAS EXECUTADAS EM 2022.....	18
	3.1 ÁREA AMBIENTAL – CENTRO DE APOIO OPERACIONAL AMBIENTAL.....	18
	PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2023.....	18
	3.2 ÁREA CÍVEL, PROCESSUAL E DO CIDADÃO.....	19
	3.3 ÁREA CRIMINAL.....	21
	3.4 ÁREA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	22
	3.5 ÁREA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E D AMORALIDADE ADMINISTRATIVA.....	23
	3.6 ÁREA DIREITOS SOCIAIS.....	25
	3.7 ÁREA DIREITOS HUMANOS.....	26
	3.8 AUTOCOMPOSIÇÃO.....	27
	3.9 CORREGEDORIA GERAL.....	29
	3.10 GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIALIZADA NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – GAECO.....	30
	A.1 OPERAÇÃO PRODITOR.....	31
	A.2 OPERAÇÃO GÊNESIS.....	31
	A.3 OPERAÇÃO POMBO.....	31
	A.4 OPERAÇÃO POMBO II.....	32
	A.5 OPERAÇÃO SATURNO.....	32
	A.6 OPERAÇÃO CONTENÇÃO.....	32
	A.7 OPERAÇÃO POMBO III.....	33
	A.8 OPERAÇÃO FALSOSUS.....	33
	3.11 GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA INSTITUCIONAL.....	34
4.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	43
	4.1 OUVIDORIA GERAL.....	43
	4.2 TRANSPARÊNCIA.....	45
	4.3 CANAIS DE COMUNICAÇÃO.....	46
	MÍDIAS DIGITAIS	49
5.	GESTÃO ADMINISTRATIVA.....	52
	5.1 GESTÃO DE PESSOAS.....	52
	5.2 CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO.....	55
	5.2.1 CURSOS REALIZADOS.....	55

5.2.2 PUBLICAÇÕES.....	56
5.2.3 PESQUISAS E GRUPOS DE ESTUDOS.....	57
5.2.4 PARCERIAS, CONVÊNIOS E TERMOS DE COOPERAÇÃO.....	58
5.3 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	60
5.4 GESTÃO DA INFRAESTRUTURA.....	62
CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS.....	63
REFORMAS.....	66
OBRAS.....	67
5.5 EFICIÊNCIA OPERACIONAL.....	70

1. O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO PARÁ

A principal razão da existência do Ministério Público é a “Defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais, individuais indisponíveis, assegurando o exercício pleno da cidadania”. Esta é a sua missão e, pautada no art. 127 da Constituição Federal, a instituição foi, assim, alçada a verdadeira guardiã das liberdades públicas e do Estado Democrático de Direito, devendo atuar na busca da concretização dos direitos fundamentais.

Nesse sentido, o Ministério Público é o protagonista dos caminhos que dão acesso à concretização dos direitos fundamentais, utilizando-se dos instrumentais processuais e extraprocessuais aptos à resolução definitiva de cada uma das espécies de conflitos abrangidos por sua área de atuação, inclusive buscando as soluções consensuais, quando adequadas para a defesa dos direitos.

Para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) é prioritário o modelo de Ministério Público de atuação extrajudicial para a efetividade da função resolutiva. Em vista disso, expediu a Recomendação nº 54, de 28 de março de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva do Ministério Público brasileiro, e também a Carta de Brasília, que é uma tratativa sobre a modernização do controle da atividade extrajudicial pelas Corregedorias do Ministério Público Brasileiro.

Suprir as necessidades crescentes do atendimento extrajudicial possibilita que os conflitos de interesse da sociedade sejam resolvidos de forma mais ágil. A resolução desses conflitos se dá por meio de instrumentos variados (audiências públicas, reuniões, procedimento administrativo preliminar, inquérito civil, procedimento investigatório criminal, recomendações, termo de ajustamento de conduta, entre outros), de suma importância para dar maior eficiência às competências do Ministério Público, e meio para aproximar mais a Instituição da coletividade, sendo um ótimo caminho de desobstrução do Judiciário abrindo espaço para uma prestação jurisdicional de melhor qualidade.

A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) é uma instituição pública permanente, autônoma, com autogoverno, constitucionalmente independente, desatrelado dos demais poderes (não se integra aos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, inclusive o Tribunal de Contas) e é alocado, segundo disposição própria da Constituição Federal (Seção I do Capítulo IV do Título IV) e Estadual (Seção I do Capítulo IV), entre as funções de essenciais à Justiça.

Ainda, segundo a Constituição Estadual (Art. 183), ao MPPA é assegurada autonomia funcional, administrativa e orçamentária. Portanto possui orçamento, carreira e administração próprios.

Toda essa característica foi conferida ao MPPA pela Constituição Estadual, para que houvesse no Estado uma instituição que atuasse com independência entre interesses que se opõem, sem favorecer um em detrimento de outro.

Na busca de uma maior aproximação com a sociedade, o MPPA está presente em todas as regiões do Pará, utilizando-se dos instrumentos processuais e extraprocessuais, na defesa dos interesses sociais e indisponíveis, por meio de suas Promotorias de Justiça.



Destarte, as Promotorias de Justiça do MPPA têm suas atividades estruturadas no atendimento a sociedade por área de atuação, sendo elas: Agrária; Defesa Comunitária, da Cidadania, dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos; Cível; Criminal; Ações Constitucionais e Fazenda Pública; Infância e Juventude; Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa, Violência Familiar e Doméstica contra a Mulher e Eleitoral.

Processos Judiciais e Extrajudiciais relacionados a temas diversos, como conflitos que envolvem a terra, Idosos, Família, Execuções Penais, Meio Ambiente, dentre outros, são objeto de atendimento em cada área afeta às Promotorias de Justiça.

A atuação proativa e preventiva do MPPA se confronta com a necessidade desta instituição de tomar providências no sentido de expandir o atendimento com qualidade, o que envolve a contratação de novos promotores de justiça e de pessoal de apoio, bem como o suprimento de toda a infraestrutura física necessária.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



O MPPA, desenvolveu a estratégia de desdobrar o PEI – 2021-2029 em planos táticos de médio prazo, denominados setoriais e diretores, os quais contribuíram para o alcance dos objetivos estratégicos institucionais através de projetos e iniciativas.

Durante o ano de 2022, foi implementada a execução de planos da área finalística da Instituição, no total de onze, denominados de Planos Setoriais – 2021-2024, voltados para os setores da infância e juventude; da defesa do patrimônio público e combate à sonegação fiscal; das políticas criminais, execução penal e controle externo da atividade

policial; dos direitos sociais; dos direitos humanos; ambiental; de incentivo à autocomposição; além do plano do apoio técnico aos órgãos de execução.

Ainda no nível tático foram implementados os planos táticos, de médio prazo, para área meio do MPPA, denominados Planos Diretores – 2021-2024, a saber: Subprocuradoria-Geral de Justiça, para a área técnico-administrativa; Auditoria Interna; Médico-odontológico; Gestão de Pessoas; Comunicação; Tecnologia da Informação; Licitação; Gestão de contratos; Obras e Manutenção; Programação Orçamentária; e Gestão Estratégica.

Somadas às ações previstas pelos membros, diretores de departamentos e assessores indicadas nos Planos táticos citados nos itens acima, se encontram os indicadores de contribuição oriundos do **Planejamento Estratégico Nacional-PEN 2020-2029/CNMP**, no instrumento Radar Estratégico, para os quais foram previstas e executadas 74 ações, entre projetos e iniciativas, as quais contribuirão para o fortalecimento do MPPA e para o alcance da estratégia de planejamento do Ministério Público brasileiro.

Foi atualizado o Plano de Contratação Anual – PCA 2023, com a publicação da Portaria nº 7137/2022-MP/PGJ, e iniciado o processo de construção do PCA 2024, que servirá de base para elaboração da proposta a do Plano Plurianual – PPA 2024-2027 e para Lei Orçamentária Anual – LOA 2024.

No segmento da CAPTAÇÃO DE RECURSOS, foram apresentadas propostas nº 01778/2020, no valor de R\$ 1.000.000,00, ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Projeto EMPODERAMENTO EMPREENDEDOR FEMININO) e a nº 026889/2022, no valor de R\$ 501.042,54, apresentada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (Projeto “Vítimas”). Ainda nesse segmento, o Ministério Público, vem tomando as medidas necessárias à realização do Chamamento Público do projeto “GESTÃO DE CONFLITOS TERRITORIAIS RURAIS”, no valor de R\$ 1.203.000.00, com previsão de execução para vinte e quatro meses. Em setembro de 2022, foi enviado à Fundação Ford relatório anual de prestação de contas referente ao citado projeto.

Com a finalidade de permitir a execução dos Planos Estratégico Institucional e os Táticos (Setoriais e Diretores) dele oriundos, o MPPA realizou a contratação de mentoria para implantação da Metodologia OKR (*Objective and Key-Results*, Objetivos e resultados-chave, em tradução livre) que configura uma ferramenta de gerenciamento de desempenho que tem se tornado cada vez mais popular. Essa metodologia é baseada na ideia de

estabelecer objetivos claros e mensuráveis, que permitem às equipes o acompanhamento do progresso em curto espaço de tempo.

Com o objetivo de possibilitar maior eficiência na entrega dos resultados, destaca-se o mapeamento de processos. Em 2022, foram virtualizados com a devida inserção no sistema GEDOC, 29 fluxos, os quais permitiram consideráveis ganhos de produtividade através da agilização e aperfeiçoamento da tramitação. Além disso, a metodologia provou ser sustentável, na medida em que reduz drasticamente o uso de papel, e econômica, por diminuir cada vez mais a necessidade de mobilização de pessoal após virtualização do processo. Ainda há 23 fluxos aguardando validação pelos responsáveis para publicação no sistema. Dentre os processos padronizados, destacam-se as comunicações de procedimentos, pagamento de fornecedores; prorrogação de contratos; autorização de férias e licença-prêmio de membros e servidores; revisão de todos os fluxos de diárias; inscrição em certame para promoção e remoção; encaminhamento do relatório de plantão institucional; autorização do gozo de folgas, solicitação de trabalho remoto, solicitação de processo licitatório etc.

Em 2022, de acordo com o novo Manual do Portal da Transparência do CNMP, foram inseridos o novo Mapa Estratégico Institucional-2021-2029, aprovado pelo Colégio de Procuradores de Justiça por meio da Resolução nº 011/2021-MP-CPJ, 04 de novembro de 2021, mais quatro projetos de iniciativa da área finalística cadastrados no Banco Nacional de Projetos do CNMP e a Portaria que institui, no âmbito do MPPA, o Plano de Contratações Anual (Portaria nº 7137/2022-MP/PGJ).

Em 2022 foram cadastradas quatro novas práticas exitosas e atualizadas informações de uma prática, a saber:

Ano	Projetos	Observação
2022	Inserção da Diversidade Racial e Étnica no MPPA	Novo
2022	Corregedoria e a Agenda de Direitos Humanos	Novo
2022	Dinamizando a Orientação Funcional	Novo
2022	Projeto "Expresso DH"	Novo
2019	A Voz da Cidadania	Atualizado

Fonte: Banco Nacional de Projetos-CNMP

Atualmente, o MPPA possui 60 práticas cadastradas no Banco Nacional de Projetos dos quais 06 foram premiados, a saber:

- 1 MP consensuado: desburocratizando a justiça criminal;
- 2 Transparência já;
- 3 Educar para incluir;
- 4 Rede itinerante contra a violência doméstica e intrafamiliar;
- 5 Projeto Piloto do Sistema Geográfico de Informações Fundiárias do Nordeste Paraense – SIGF; e
- 6 Gestão itinerante e participativa.

PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2023

1. EXECUÇÃO DE PLANOS NOS NÍVEIS ESTRATÉGICO E TÁTICOS DE PLANEJAMENTO:

- a) Plano Estratégico Institucional- 2021-2029(PEI) e Planejamento Estratégico Nacional-PEN 2020-2029 - Realizar a avaliação do PEI – 2021-2029 e do PEN 2020-2029.
- b) Planos Táticos - Acompanhamento e avaliação dos projetos e iniciativas que os compõem os planos setoriais e diretores.
- c) Planos Operacionais - Apresentação de proposta à Corregedoria-Geral e aos Centros de Apoio Operacional visando a definição de formulário de projeto para aplicação nos planos táticos e operacionais.
- d) Plano de Contratação Anual (PCA) - Construção de tabela-base com itens, subelementos e elementos que compõem a estrutura do orçamento institucional para 2023.
- e) Elaboração de Catálogo de Bens e Serviços de acordo com a Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021) - Acompanhamento da Execução do PCA 2023.

2. IMPLEMENTAÇÃO DE OKR

- a) Implementar o uso do Aplicativo OKR APP, disponibilizado pelo MPMS.
- b) Execução de OKR em três trimestres para unidades já capacitadas em 2022.
- c) Capacitar as demais unidades em OKR.

3. CAPTAÇÃO DE RECURSOS

- a) Acompanhamento da publicação de editais na plataforma “transfere.gov” (antes plataforma +Brasil) e demais plataformas de captação de recursos.
- b) Mapear o fluxo de captação e apresentar proposições visando a implantação do processo de captação de recursos na Instituição.
- c) Acompanhamento do processo de chamamento público do Projeto Gestão de Conflitos Territoriais Rurais (Fundação Ford).

d) Gerenciamento do Projeto Gestão de Conflitos Territoriais Rurais (2023-2024).

4. MAPEAMENTO DE PROCESSOS.

Propor à Administração Superior Fortalecer a estrutura do mapeamento de processos.

5. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

a) Divulgar o PCA 2023 e suas atualizações.

b) Divulgar o PCA 2024.

6. BANCO NACIONAL DE PROJETOS

a) Divulgar as diretrizes estabelecidas pelo CNMP para o cadastramento no BNP de 2023.

b) Assessorar membros e servidores na elaboração de práticas exitosas e cadastramento de novas práticas no BNP.

c) Atualização das práticas cadastradas.

7. ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO DE LIÇÕES APREENDIDAS - Elaborar relatório de todas as atividades planejadas para o ano de 2023 visando ações de melhoria.

2.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2022

Em cumprimento à Carta Magna de 1988, que em seu Art. 165, III, estabelece a Lei dos Orçamentos Anuais, o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) teve um orçamento, que faz parte da Lei Orçamentária Anual do Estado do Pará aprovado para o exercício de 2022, valores no montante de **R\$ 758.922.316,00** (Setecentos e Cinquenta e Oito Milhões, Novecentos e Vinte e Dois Mil, Trezentos e Dezesesseis Reais), dos quais **R\$ 787.512.315,00** (setecentos e oitenta e sete milhões, quinhentos e doze mil, trezentos e quinze reais) foram efetivamente aplicados, sendo que foram utilizados 100% dos recursos aprovados no orçamento e a diferença de **R\$ 28.589.998,62** (Vinte e oito milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e sessenta e dois centavos) corresponderam aos recursos do superávit financeiro, que ingressaram no orçamento durante a execução.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Exercício: 2022

Todas as Fontes

R\$ 1,00

GRUPO DE DESPESA	Despesa Realizada	%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	518.484.177,58	65,84
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	212.733.873,91	27,01
INVESTIMENTOS	38.989.403,13	4,95
INVERSÕES FINANCEIRAS	17.304.860,00	2,20
TOTAL GERAL	787.512.314,62	100,00

Fonte: SIAFEM

Por ser o Ministério Público do Estado do Pará um órgão puramente prestador de serviço à sociedade, é natural que o maior gasto em 2022 tenha se concentrado na despesa de pessoal e encargos sociais, como se deduz no quadro acima, tendo sido realizado no exercício de 2022, recursos na ordem de R\$ 518.484.177,58,00 (quinhentos e dezoito milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, cento e setenta e sete reais), representando 65,84% do valor executado por esta Instituição Ministerial.

Seguido a esta despesa, observa-se um percentual aplicado com o custeio, na ordem de 27,01% em relação ao total da despesa realizada, para a manutenção máquina administrativa do órgão. Ressalta-se que no bojo dessa despesa encontra-se o custeio da folha de pessoal, representado pelo pagamentos dos Auxílios e Benefícios, devidos aos integrantes desta Casa Ministerial, cuja despesa em 2022 foi de R\$ 120.566.180,00 (cento e vinte milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, cento e oitenta reais), os quais não estão detalhados no demonstrativo acima, porém é importante frisar, pois compõe o gasto e absorveu 15,31% do total da despesa realizada e representa mais de 50% da despesa realizada de custeio do órgão.

Em relação a Despesa de Capital, observa-se uma realização em relação à despesa total executada, na ordem de 4,95% e 2,20%, respectivamente para Investimento e Inversões Financeiras, onde destaca-se como mais expressivo nesses grupos as desapropriações realizadas, as aquisições de equipamentos e materiais permanentes e os investimentos em Tecnologia da Informação.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Exercício: 2022	Todas as Fontes	R\$
Grupo de Fonte	Despesa Realizada	% de Execução
TESOURO	785.869.979,96	99,79
OUTRAS FONTES	1.642.334,66	0,21
Total Geral	787.512.314,62	100,00

Fonte: SIAFEM

O demonstrativo acima evidencia que a maior parcela dos recursos que financiaram as ações orçamentárias do MPPA foi proveniente de Recursos do Tesouro Estadual (99,79%). Segundo o Art. 18 da L E I Nº 9.292, DE 19 DE JULHO DE 2021 - LDO/2022, a proposta orçamentária do MPPA, deve ser elaborada a partir da incidência do percentual de 5,15% sobre a Receita Líquida Resultante de Impostos (RLRI), cujo cálculo deve se basear nas receitas resultantes de impostos de competência estadual e os impostos transferidos constitucionalmente pela União ao Estado, deduzidas as despesas de caráter extraordinário, as transferências constitucionais aos municípios, a parcela dos recursos vinculados a manutenção do ensino, e as ações e serviços públicos de saúde, nos termos do art. 212, § 1º da Constituição Federal e da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000.

Considerando o fim das regras impostas pela Lei Complementar nº 173/2020, no final de 2021, foi possível alavancar o crescimento sustentável institucional em 2022, fato esse que se prevê uma continuidade, sendo fundamental para a permanência desse crescimento, minimamente a manutenção do percentual acima referido.

As outras fontes de recursos que financiaram a execução das despesas do MPPA em 2022 foram: as Transferências de Convênios, Receitas Próprias do Fundo de Reaparelhamento do Ministério Público e a Receita proveniente dos Rendimentos dos recursos aplicados no mercado financeiro, que representaram apenas 0,21% do total aplicado no exercício, não sendo possível o avanço na utilização desses recursos devido a vinculação dos mesmos não permitirem a aplicação em outras despesas.

Relevante ressaltar também a situação fiscal do MPPA, relativa à apuração do percentual do gasto com Pessoal e Encargos Sociais. Em cumprimento ao dispositivo contido na Lei de Responsabilidade Fiscal, Art. 20, inciso II, alínea d, que fixa o limite de gastos do Ministério Público dos Estados com Pessoal e Encargos Sociais em 2% da Receita Corrente Líquida, em cada período de apuração. A Receita Corrente Líquida (RCL) consiste no somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais,

agropecuárias, de serviços, de transferências correntes e de outras receitas correntes, deduzidos nos Estados os valores das transferências constitucionais.

Segundo o Relatório de Gestão Fiscal do período de janeiro a dezembro de 2022, o Demonstrativo de Despesa com Pessoal aponta que o MPPA obteve o percentual de gasto com essa despesa de 1,3945% sobre a RCL, portanto abaixo do limite de alerta, que é de 1,80% da RCL.

Planejamento 2023

O Orçamento do Ministério Público para 2023 se configura conforme o quadro abaixo:

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Exercício: 2023

Todas as Fontes de Recursos

R\$

GRUPO DE DESPESA	Dotação Inicial		TOTAL	% DESPESA POR GRUPO
	TESOURO	OUTRAS FONTES		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	581.604.915,00	-	581.604.915,00	64,68
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	240.259.987,00	323.000,00	240.582.987,00	26,75
INVESTIMENTOS	53.680.674,00	22.746.200,00	76.426.874,00	8,50
INVERSÕES FINANCEIRAS	650.000,00	-	650.000,00	0,07
TOTAL GERAL	876.195.576,00	23.069.200,00	899.264.776,00	100,00
% DA DESPESA POR FONTE	97,43	2,57	100,00	

Fonte: SIAFEM

Para o exercício de 2023 foi consignado na Lei Orçamentária Anual - LOA para o Ministério Público do Estado do Pará o montante de R\$ 899.264.776,00 (oitocentos e noventa e nove milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, setecentos e setenta e seis reais), cuja maior aplicação será para despesas de pessoal (64,68%), dada a característica fundamental desta instituição ministerial ser de prestadora de serviços à sociedade, contemplando temas como:

- Reajuste do subsídio dos membros;
- Revisão dos vencimentos dos servidores;
- Ingressos de membros e servidores
- Ingresso de Assessores do Colégio de Procuradores de Justiça;
- Implantação gradativa (25%) do PCCR e Estrutura Organizacional.

Seguida a essa despesa, as Despesas de Custeio, que representam a manutenção da máquina, representam 26,75% do total da despesa orçada, destacando-se na sua programação despesas como:

- Ingresso de estagiários de pós-graduação;
- Assessorias e consultorias técnicas;
- Área tecnológica: SAJ MP, sistema integrado de gestão para área meio, internet – cobertura e velocidade, licenças, softwares e banco de dados, backup.

As despesas de Investimentos e Inversões Financeiras, que juntas representam as Despesas de Capital programadas na LOA, onde o grande foco são as instalações físicas do MPPA, para 2023 merecem destaque:

- Prédios próprios e funcionalidade adequada;
- Melhoria nos espaços físicos, reduzindo a diferença entre unidades do MPPA;
- Construção de Sedes, locações e adaptação em R.O.;
- Construção de sedes próprias nos Polos;
- Reformas nas sedes das Regiões Administrativas;
- Projetos avaliados previamente pelo GSI;
- Obras em: Barcarena, Belém, Canaã dos Carajás, Cametá, Capanema, Tomé-Açu, Moju;
- Desapropriações: Icoaraci e Salinópolis;
- Reformas em: Ananindeua, Belém, Santarém, Marabá, Redenção, Itaituba, Oriximiná, Xinguara, Paragominas, Portel, Augusto Corrêa, Limoeiro do Ajuru, Marapanin, Curuçá, Primavera, Muaná, Ourilândia do Norte, Curionópolis.

Os detalhamentos e justificativas dessas despesas estão amplamente justificados e mais bem explanadas em cada área específica.

Todas essas despesas serão custeadas com recursos provenientes do Tesouro Estadual, a qual é a fonte representa 97,43% do total das fontes de financiamento da programação orçamentária do MPPA, em consonância com o teto de 5,15% sobre a Receita Líquida Resultante de Impostos, já mencionada anteriormente. A diferença foi orçada com outras fontes de recurso, originários de rendimentos de aplicações financeiras, convênios e receita própria do Fundo de Reaparelhamento do Ministério Público e que compõe a estrutura de fontes com apenas 2,57%.

3. PRINCIPAIS AÇÕES FINALÍSTICAS EXECUTADAS EM 2022

3.1 - ÁREA AMBIENTAL - CENTRO DE APOIO OPERACIONAL AMBIENTAL

Dentre as atividades atinentes à área ambiental, destacam-se ações voltadas para o combate ao desmatamento e queimada por meio da realização de oficinas nos polos Altamira, Santarém e Marabá, bem como o desenvolvimento do Roteiro de Atuação Ministerial de combate a tais ilícitos. Além disso, foi realizando o levantamento de dados das instaurações de procedimentos, fortalecendo a instrução procedimental com o intuito de promover informações técnicas mais detalhadas para o ajuizamento de ações ou assinaturas de termos de ajustamentos de conduta.

Apresentação dos dados para a Força Tarefa - Amazônia em Foco, a qual tem ação articulada para o combate ao desmatamento e queimada ilegais, bem como articulação com os demais Ministérios Públicos para disponibilização dos materiais e das ações desenvolvidas no ano de 2022, principalmente, em relação aos dados apresentados pelo IMAZON a partir do Termo de Cooperação com o MPPA para fortalecer a atuação ministerial.

No âmbito interno, houve o lançamento do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) para as Regiões Administrativas que visa promover a redução do uso indiscriminado de material de consumo (como copos plásticos e papel), bem como o seu correto descarte, entre outras ações socioambientais. A Semana Nacional do Meio Ambiente, realizada anualmente desde 2010, em alusão ao Dia Mundial do Meio Ambiente desenvolve atividades de compromisso socioambiental, bem como a articula projetos em parceria com grupo Sustentabilidade em Rede.

PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2023

- Discursões periódicas dos **grupos de trabalho** e comissão do MP Sustentável do MPPA;
- Encontro dos Procuradores de Justiça da Amazônia Legal;
- Criação do Fórum de Ministérios Públicos de Meio Ambiente da Amazônia Legal;
- Publicação dos **roteiros de atuação** sobre o patrimônio histórico; licenciamento ambiental de cemitérios; unidades de conservação, gestão ambiental municipal e parcelamento do solo;
- **Diálogos CAO Ambiental** sobre objetivos de desenvolvimento sustentável quanto a energia limpa e fomento ao debate sobre fontes de geração de energia;
- Debates e criação de grupo de atuação sobre crédito de carbono;

- Implementar os **Planos de Gerenciamento** de Resíduos Sólidos nas Promotorias de Justiça de Altamira, Ananindeua, Icoaraci, por meio do Programa MP Sustentável;
- Atualização do **Plano de Gerenciamento** de Resíduos Sólidos do Prédio Sede e seus anexos;
- Assinatura de **cooperação técnica** entre MPPA e FUNBIO para construção de capacidades e desenvolvimento de entendimentos sobre o tema financiamento para a conservação no cenário das mudanças climáticas e o combate ao desmatamento no Estado do Pará a partir da iniciativa denominada “Diálogos pelo Clima”
- Continuidade das ações do projeto Enfrentamento aos desmatamentos e queimadas, com execução do projeto piloto em Altamira;
- Implementar o Projeto de Sensores de Qualidade do ar – *Purple Air*.

3.2 - ÁREA CÍVEL, PROCESSUAL E DO CIDADÃO

A área de atuação Cível do Ministério Público é ampla e abrange temas como: Família; Sucessões; Interditos/Incapazes; Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial; Registros Públicos; Acidentes de Trabalho; Consumidor; Eleitoral; Terceiro Setor e demais matérias relacionadas ao Direito Civil, Comercial e Processual.

Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão (CAOCPC) exerce importante contribuição, pois contempla cada um dos temas cíveis no sentido de estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos internos e externos, assim como remeter informações técnico-jurídicas aos órgãos de execução, sem caráter vinculativo. O CAOCPC é auxiliado pelo Núcleo do Terceiro Setor (NTS) e Núcleo Eleitoral.

Destacam-se atividades realizadas em conjunto com instituições públicas em situações de ocorrência de perigo ao consumidor, como fiscalização do Palmito de Açaí e articulação para elaboração de termo de parceria para concessão de crédito ao pequeno produtor; retomados os debates acerca dos problemas aquaviários do estado do Pará e a intensificação das atividades de interiorização que disseminam os impactos do uso indevidos dos agrotóxicos, com início de elaboração de manual para contribuir com a atuação dos membros dentro desta temática.

Ainda dentro da área cível, o CAO CPC fez a gestão dos contratos de realização de exame de DNA que se prestam a fomentar a atuação extrajudicial do MPPA no reconhecimento de paternidade, especial no tocante ao “Projeto de Defesa de Filiação nas Escolas Públicas do Município de Belém”, que visa a realização de reconhecimentos voluntários de paternidade, alcançando o maior número possível de crianças e

adolescentes que não tenham a paternidade reconhecida em sua certidão de nascimento, o qual contou com a realização de 47 exames no ano de 2022.

O Núcleo Eleitoral prestou suporte às Promotorias Eleitorais, bem como expediu recomendações, realizou palestras e seminários, dentre eles eles: Conversações Eleitorais: Eleições 2022”, “Conversas Temáticas sobre as Eleições 2022”, Oficina “Eleições 2022 – O Dias das Eleições” e inclusive publicação de cartilha “Eleições 2022 e Acessibilidade”.

Quanto às ações realizadas pelo Núcleo do Terceiro Setor destacam-se o cumprimento do Projeto de Interiorização, que além dos seminários e oficinas, expandiu suas ações ao prestar apoio técnico jurídico/contábil/administrativo/ em visita *in loco* no interior do estado.

PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2023

O CAO CPC permanecerá com os trabalhos desenvolvidos pelos núcleos eleitoral e do terceiro setor e trará a implementação definitiva do núcleo do consumidor em abril o que garantirá melhora de alinhamento na atuação eficaz e ordenada de promoção dos direitos dos consumidores. Para além disso, este centro de apoio continuará com o trabalho de garantia de segurança alimentar, especialmente quanto aos Impactos e Uso Indiscriminado de Agrotóxico e fomento na regularização da produção do palmito de açaí.

Para além disso, será realizado a atualização do plano de atuação do grupo de trabalho de navegação, visto a necessidade de se garantir a segurança no tráfego aquaviário, matéria de relevância devido às condições regionais da nossa região, as quais colocam o subsistema hidroviário como utilizado para a circulação de pessoas e mercadorias entre povoados e cidades localizados às margens dos rios que compõem a bacia amazônica, sendo fator essencial para a integração e o desenvolvimento destas localidades.

A defesa das filiação permanecerá sendo defendida com a gestão do contrato de DNA que garante a crianças e adolescentes o direito à paternidade, direito implícito no princípio constitucional da dignidade humana; conscientizar a comunidade quanto à importância e ao direito de toda criança em ter declarada sua paternidade em seu registro de nascimento e sensibiliza os supostos pais de crianças, quanto à importância emocional e social da paternidade.

Quanto aos núcleos:

a) **Núcleo do Consumidor:** com a implementação – será realizada a calendário de atividades que propulsione a atuação dos órgãos de execução e promovam políticas públicas no setor;

b) **Núcleo do terceiro Setor:** buscará dar continuidade ao Projeto de Interiorização, especificamente nas regiões de Ananindeua, Castanhal, Bragança e Marabá, considerando a necessidade de implementar e aprimorar a fiscalização das entidades do terceiro setor nessas localidades, tendo em vista o teor do ofício (Ofício Circular nº 003/2022-MP/NTS) encaminhado as Promotorias do Interior com o apoio do CAO CPC no sentido de esclarecer sobre a relevância da fiscalização das entidades do terceiro setor no combate à corrupção; realizar projeto de manual de atuação sobre o terceiro setor; próprio seminário sobre fiscalização das OSS de Saúde em Belém, com convidado palestrante de outro estado; colocar em prática o funcionamento do projeto PC-online e o incremento do Projeto do Banco de Dados;

c) **Núcleo Eleitoral:** Considerando que neste ano de 2023 não haverá eleições em qualquer circunscrição, o trabalho do Núcleo Eleitoral restringir-se-á ao acompanhamento das atividades referentes ao ano 2022 e às demandas que chegaram pelos canais existentes, principalmente, e-mail e whatsapp. Por outro lado, em face das modificações que ocorrem na legislação eleitoral, as atividades do Núcleo Eleitoral para o próximo pleito (2024) serão melhor desenvolvidas nos primeiros do ano vindouro, período em que as resoluções do TSE e outros atos normativos começam a ser publicados. Desse modo, deixo de especificar qualquer ação específica, salvo as de rotina deste Núcleo Eleitoral.

3.3 - ÁREA CRIMINAL

Na esfera criminal, o Ministério Público sempre teve sua principal área de atuação. Através dela a instituição externa suas competências no que se refere a matérias relacionadas ao direito penal e processual penal, que de um modo geral estão relacionadas ao cometimento de crimes. No âmbito do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) as medidas destinadas ao combate, prevenção e controle da criminalidade são divididas nas seguintes áreas: Controle Externo da Atividade Policial; Crimes Contra a Ordem Tributária; Criminal Comum; Entorpecentes; Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas; Militar; e Tribunal do Júri. Como órgão auxiliar da atividade criminal há o Centro de Apoio Operacional de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial (CAOCRIM).

A subdivisão em áreas de atuação visa otimizar os trabalhos do *Parquet*, principalmente em localidades com elevada densidade demográfica que naturalmente tendem a possuir maior complexidade em demandas judiciais e extrajudiciais. Em que pese a existência de promotorias criminais especializadas em vários municípios, aqueles que

porventura não possuam tal ramificação, a competência para atuar pode recair em qualquer Promotor de Justiça, de forma que a sociedade não fique desguarnecida da proteção conferida pela instituição.

A intensa atuação criminal demanda apoio operacional para assuntos que necessitam de articulações interinstitucionais e mesmo reforço de apoio interno. Nesse contexto, o Ministério Público do Estado do Pará foi agraciado com o prêmio "Prêmio do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP)" realizado pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça do Ministério Público dos Estados e da União (CNPJ). Além disso, o Projeto "Mutirão do ANPP" e o projeto "Sistema de Inteligência Artificial (AppCrim)" foram reconhecidos como boas práticas.

Outrossim, foi lançado o guia de Orientações em Casos de Pessoas Desaparecidas. O objetivo do material é instruir, de modo prático e auxiliar profissionais da saúde, de ONG's, da educação, e demais interessados que lidam com a problemática das pessoas desaparecidas. O Ministério Público também participou da elaboração e realização do Acordo de Cooperação Técnica para o Protocolo de Prevenção e Combate à Tortura de Pessoas Custodiadas no Estado do Pará, celebrado pelo Tribunal de Justiça (TJPA), Defensoria Pública Estadual, Governo do Estado por meio da SEGUP, SEASTER, SESP e SEAP, SIEDS, além da OAB/PA.

3.4 - ÁREA INFÂNCIA E JUVENTUDE

A atuação Ministerial na área da Infância e Juventude é imperativo legal definido nos artigos 200 a 205 do Estatuto da Criança e do Adolescente, agindo como parte ou como defensor em processos e procedimentos judiciais e extrajudiciais no que concerne à garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Através do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAO/IJ) que possui atuação específica em matérias relacionadas aos direitos da criança e do adolescente previstos nas Constituições Federal e Estadual, nas normas internacionais, no Estatuto da Criança e do Adolescente e nas demais legislações esparsas sobre a matéria os órgãos de execução contam com estrutura administrativa adequada à defesa dos interesses dessa classe.

Nesse sentido, as ações de 2022 tiveram o propósito de aprimorar a atuação na tutela dos direitos humanos de crianças e adolescentes, bem como o fortalecimento da interlocução institucional com órgãos e entidades públicas e da sociedade civil organizada. Envidou esforços no sentido de garantir a efetividade da Lei do SINASE, desenvolvendo

ações visando incentivar a mobilização dos Promotores de Justiça para reforçarem a fiscalização nos municípios.

O enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, que vem sendo realizado, principalmente através da execução Projeto Navegue, Não Naufrague nos Crimes Sexuais, foi reforçado com a disponibilização de material de suporte. O projeto passou a ser trabalhado no âmbito do MP+, tendo sido executado nas Usinas da Paz, o que aumentou significativamente o alcance de suas ações.

Além disso, houve estímulo a participação de jovens e adolescentes no processo de construção das políticas voltadas à infância e juventude, especialmente através dos Projetos Educação entre Pares e Estágio Cidadão, sendo este último, por meio dos quais o MPPA contrata estagiários de nível médio, oportunidade em que recebem formação e capacitação para replicar os ensinamentos recebidos para seus pares, bem como, para acompanhar o conselho escolar.

PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2023

Planejamento: Execução dos projetos vinculados ao CAOIJ, entrega de manuais e roteiros de apoio aos membros para atuação na área da infância e juventude, previsto no Plano Setorial, bem como a realização de eventos para promoção dos direitos infantojuvenis.

Necessidades: apoio externo e interno as ações e projetos idealizados pelo CAOIJ, adesão dos promotores de justiça às diretrizes previstas no Plano Setorial, para alinhamento das ações a serem desenvolvidas ao longo de 2023.

3.5 - ÁREA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA

Competência que ganhou destaque nos últimos anos principalmente por conta das operações efetivadas pelo Ministério Público em conjunto com as polícias militar, civil e federal que foram capazes de dismantelar verdadeiras organizações criminosas instaladas nas mais variadas esferas do poder público.

Nesse contexto, importante destacar o papel do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e de Combate à Sonegação Fiscal (CAODPP), órgão auxiliar da atividade funcional do MPPA que possui atuação específica nas matérias de patrimônio público, improbidade administrativa e crimes contra a administração pública, inclusive os previstos em legislação especial, como por exemplo: crimes contra os procedimentos licitatórios, crimes de responsabilidade de prefeitos e vereadores, crimes de lavagem ou ocultação de bens.

A atuação ministerial se desenvolveu em três eixos de atuação: prevenção, repressão e apoio.

No eixo prevenção se destacam os projetos de “Integridade nas Empresas”, o qual visa incentivar a implantação e o aperfeiçoamento de práticas de compliance entre os contratados da Administração Pública. Outro projeto é o “Integridade Institucional” que propõe o aprimoramento de estratégias de enfrentamento da corrupção, fortalecendo as atuais instâncias de controle do Ministério Público do Estado do Pará, como também instituindo um conjunto ainda mais robusto de medidas e ações institucionais orientadas à prevenção, detecção e punição de fraudes e desvios éticos que comprometam os objetivos da Instituição, nomeadamente o seu Programa de Integridade Institucional. O “Projeto Royalties” visa promover a máxima Transparência na gestão e aplicação dos recursos recebidos por Municípios a título de royalties.

No eixo repressão, publicou-se artigo científico que analisa o grau de efetividade das ações de improbidade administrativa ajuizadas pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPPA). Por fim, no eixo apoio destacam-se ações voltadas para elaboração de manuais e roteiros de atuação na defesa do patrimônio público.

PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2023

Nome	Objetivo	Riscos
INTEGRIDADE NAS EMPRESAS	Promover, o projeto Piloto em Barcarena, em parceria com outros órgãos, entre os quais o SEBRAE, ações direcionadas aos microempreendedores individuais, microempresários e empresas de pequeno porte, para incentivá-los à implementação e/ou aperfeiçoamento de Programas de Integridade (Compliance).	- Ausência de interesse do público-alvo na implementação do projeto; - Falta de engajamento dos órgãos parceiros na disponibilização de pessoal técnico para implementação do projeto; - Adesão limitada dos membros do MPPA na implementação do projeto
INTEGRIDADE INSTITUCIONAL	Criação e/ou sistematização de mecanismos de integridade institucional que tenham o escopo de monitorar e identificar de maneira mais eficaz vulnerabilidades ou desvios éticos que possam comprometer os objetivos da Instituição	- Descontinuidade do projeto, em virtude da resistência ou dificuldade de implementação das unidades envolvidas; - Ausência de capacitação adequada dos servidores responsáveis pela implementação do plano de integridade institucional - Resistência de membros e servidores na adesão do projeto.
ENIATO – CONTROLE DA EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DOS AGENTES PÚBLICOS	A iniciativa envolve a atuação integrada de órgãos de execução do Ministério Público do Estado do Pará que atuam na defesa do patrimônio público, que, mediante orientação e acompanhamento deste CAODPP, não só identificarão junto aos respectivos Municípios os riscos de irregularidade na gestão pública, como realizarão o monitoramento e, quando	- Adesão limitada dos membros do MPPA na implementação do projeto - Descontinuidade do projeto, em virtude da resistência ou dificuldade de implementação das prefeituras envolvidas;
PROJETO CONTROLADORIAS INTERNAS NOS MUNICÍPIOS	Envolve o desenvolvimento de políticas de governança, de tratamento de informações, mediante a criação das estruturas de controladorias, treinamento e capacitação de servidores para boa gestão, consubstanciado no eixo preventivo às práticas corruptivas no setor público.	- Adesão limitada dos membros do MPPA na implementação do projeto - Descontinuidade do projeto, em virtude da resistência ou dificuldade de implementação das prefeituras envolvidas;
ROYALTIES - TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DA RECEITA PELOS MUNICÍPIOS	A iniciativa envolve a atuação integrada de órgãos de execução do MPPA que atuam na defesa do patrimônio público, que, mediante orientação e acompanhamento deste CAODPP, não só identificarão junto aos respectivos Municípios o grau de transparência na gestão de receitas de royalties, como fomentarão o controle social, além da ampla publicidade na aplicação dessas verbas.	- Ausência de interesse do público-alvo na implementação do projeto; - Adesão limitada dos membros do MPPA na implementação do projeto; - Falta de engajamento dos órgãos parceiros na disponibilização de pessoal técnico para implementação do projeto;
PRODUÇÃO DE ARTIGO CIENTÍFICO	Elaboração de artigo científico contendo a análise de pesquisa quantitativa quanto ao grau de sucesso das ações de improbidade propostas pelo MPPA, além do lapso temporal entre a propositura das demandas e a resposta em sede recursal pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará	- Limitação do resultado da pesquisa quantitativa, em razão do acesso limitado à base de dados do TJ/PA - Não conseguir compor, com precisão, a amostra selecionada, em razão de limitações do sistema de informação do MPPA (SIMP)
PRODUÇÃO DE ROTEIRO DE ATUAÇÃO NA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	Auxiliar, de modo sistematizado e objetivo, membros e servidores do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) nos procedimentos afetos à improbidade administrativa e corrupção, visando atuação extrajudicial resolutive	- Não contemplar as principais necessidades das Promotorias com atuação afeta à matéria - Dificuldade de acesso ao material produzido - Baixa disseminação entre membros e servidores do material produzido
ARTICULAÇÃO COM ÓRGÃOS DE CONTROLE	Estabelecer intercâmbio permanente com órgãos de controle, para compartilhamento e obtenção de elementos técnicos-especializados na área de defesa do patrimônio público.	-
CRIAÇÃO E ALIMENTAÇÃO DE BANCO DE PEÇAS NO SIMP ACERVO	Disponibilizar, com acesso rápido e fácil, modelos de peças que possam orientar a atuação do membro na defesa do patrimônio público	- Limitações do sistema
ARTICULAR JUNTO AO CEAF A REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO	Capacitação contínua de membros e servidores em matéria de defesa do patrimônio público, visando a disseminação do conhecimento, atualização dos membros e servidores, além da integração do CAODPP às promotorias	- Adesão dos membros e servidores
ARTICULAR COM A TURMA DA MÔNICA E O MPPA REALIZAÇÃO DE REVISTA	Elaboração da Revista da Turma da Mônica em parceria do MPPA, por intermédio do CAODPP e CAODH, visando o público infanto-juvenil nas escolas sobre a área de atuação dos CAOs, sobre ética, integridade e direitos humanos.	-

3.6 - ÁREA DIREITOS SOCIAIS

Nessa área o Centro de apoio operacional dos direitos sociais possui atribuição para atuar nas seguintes matérias: saúde, educação urbana, educação no campo e assistência social.

Na área dos direitos sociais a atuação do MPPA foi relevante em temas como a educação dos povos indígenas, quilombolas, extrativistas e dos povos das águas, das florestas e do campo, evasão escolar, falta de sistematização do ensino nos diversos interiores, funcionamento dos Conselhos Escolares, COVID-19, pandemia mundial, doenças infecciosas, baixa cobertura vacinal no Estado do Pará com relação a doenças como poliomielite, sarampo e catapora e Sistema Estadual de Regulação (SER), e outros. Abordou também a necessidade de readaptação dos currículos das escolas regulares que devem, por obrigação legal, tratar da história e da cultura afro-brasileira e indígena.

Ainda em 2022, foi produzido o Manual de Fiscalização do Direito à Educação Destinado ao Membro do Ministério Público Estadual, que elenca algumas ações que devem ser desenvolvidas pelo *Parquet*, em especial na seara preventiva, para a proteção da educação. Foi elaborado também a Cartilha Digital TFD: Tratamento Fora do Domicílio em 12 Tópicos, que apresenta, didaticamente, todas as principais informações acerca do TFD, legislação e modelos de peças processuais, como forma de orientar os leitores e elucidar eventuais dúvidas surgidas por profissionais que atuam na área da saúde.

A iniciativa MP Mais Inclusão na Educação do Projeto MP+ com objetivo de disseminar o direito de todos à educação e, em especial, das pessoas com deficiência, com a finalidade de garantir acesso, participação, permanência e aprendizagem.

PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2023

Para o ano de **2023**, o Centro de Apoio Operacional dos Direitos Sociais (CAODS), objetivando cumprir suas atividades finalísticas, realizará viagens para municípios paraenses e para outros Estados, com o objetivo de apresentar os seus trabalhos executados, coletar informações sobre as necessidades e principais dificuldades enfrentadas pelos membros que atuam na ponta e, ainda, observar de que forma outros órgãos, instituições e até Ministérios Públicos de outros Estados atuam na garantia de direitos dos cidadãos, com o intuito de aprimorar as ações a serem desenvolvidas.

Além disso, o centro em questão continuará promovendo seminários e elaborando documentos e cartazes, visando orientar membros e a sociedade sobre os mais diversos assuntos relacionados à educação, saúde e assistência social.

3.7 - ÁREA DIREITOS HUMANOS

Na área de direitos humanos, cabe ao Ministério Público a defesa intransigente do regime democrático e, por conta disso, dos direitos fundamentais (sejam os de índole liberal/individual, sejam os de cariz social). Isso implica dizer que deve o Ministério Público, cada vez mais, assumir seu papel de verdadeira instituição de garantias, buscando tutelar os direitos básicos de todas as pessoas, sobretudo as que são, histórica e socialmente, vulnerabilizadas.

O Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos atua de modo a promover apoio técnico-jurídico às Promotorias de Justiça, no âmbito de suas áreas de atuação específica, para além de articular a aproximação entre o MPPA e os movimentos sociais, a fim de se adequar aos mandamentos constitucionais e ao conteúdo constante na Recomendação nº 61/2017 do CNMP, que recomenda às unidades e aos ramos do Ministério Público brasileiro a promoção de encontros entre a Instituição e as referidas organizações sociais.

Em 2022, destacam-se as ações ao atendimento humanitário aos imigrantes e refugiados, o combate ao racismo estrutural que assolam a sociedade em detrimento dos povos negros, indígenas e quilombolas, a pauta LGBTI para combate a discriminação e o preconceito. Além disso, a tutela da diversidade cultural e religiosa, frente ao crescente número de casos de intolerância religiosa no Brasil, sobretudo às religiões de matriz africana. Outro tema sensível à matéria Direitos Humanos é a relativa às pessoas idosas e pessoas com deficiência.

No que se refere a proteção à Mulher, o MPPA atua através do Núcleo da Mulher na busca de cada vez mais fortalecer o diálogo com a sociedade e a imagem institucional, bem como trabalha para assegurar maior efetividade dos direitos e garantias das mulheres.

É função do Ministério Público do Estado atuar nos processos judiciais e procedimentos extrajudiciais relacionados a temas agrários, fundiários e demandas que envolvam conflitos coletivos relacionados à terra em área rural. Nesse sentido, o Núcleo Agrário e Fundiário (NAF) do Ministério Público do Estado do Pará busca principalmente auxiliar os Promotores e Procuradores de Justiça Agrários e demais membros do MPPA em questões que envolvam os conflitos pela posse e propriedade da terra no Estado do Pará e também exerce a função de lócus institucional para o debate, o enfrentamento e a troca de experiências no que diz respeito à temática do direito agrário e fundiário, bem como acerca da realidade do campo no Estado.



3.8 – AUTOCOMPOSIÇÃO

O Ministério Público possui ações com o objetivo de planejar, executar, acompanhar e avaliar as ações relacionadas às metodologias autocompositivas. Nesse contexto, incentiva a padronização dessas práticas por meio de cursos de capacitação sobre metodologias autocompositivas e comunicação não violenta. Por isso, induz políticas públicas, privilegiando a atuação extrajudicial, promoção de ações que envolvem interações de mídia/canal de divulgação sobre a política de metodologias autocompositivas.

Além disso, fomentou iniciativas de melhorias nos sistemas internos para inclusão de interfaces contendo metodologias autocompositivas e para facilitar o acesso da população aos serviços, inclusive realizando acompanhamento técnico no processo de funcionamento das Câmaras de Tratamento de Conflito (CTCAFs). Por fim, promoveu ações educativas de estímulo à cidadania participativa em áreas urbanas ou rurais do Estado, contribuindo para a ampliação de conhecimento da população sobre seus direitos e sobre a cultura da paz.

PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2023

Em relação a seu **planejamento** para 2023, o Nupeia fará uma revisão em seu Plano Setorial, considerando a necessidade de validar ou não a continuidade das atuais Iniciativas e Projetos, assim como de identificar a necessidade de novas ações. De toda forma, este processo de revisão deve se orientar para:

- **Fortalecer o desenvolvimento do Nupeia e seu papel de referência no tema da autocomposição no MPPA**

- Seguir na consolidação e capacitação de equipe própria do Núcleo;
- Qualificar sua capacidade em fomentar a Política de Autocomposição e responder as demandas internas e externas, e a busca pela padronização na utilização das metodologias autocompositivas;
- Fomentar campanhas de divulgação do Nupeia;
- Consolidar um espaço físico adequado à realização dos procedimentos autocompositivos, no âmbito do MPPA;
- Reforçar o marco legal do Núcleo, criando condições para seu aprimoramento;
- Reforçar sua capacidade de acompanhamento às CTCAsFs.

- **Implementar o Observatório da Autocomposição do MPPA**

- Como uma estratégia de visibilizar interna e externamente o que o MPPA já faz no tema da autocomposição;
- Estimular parcerias para geração e conhecimento no tema da autocomposição;

- **Implementar o Programa de Formação**

- Visando avançar no tema e gerar autonomia do MPPA, em demandas por exemplo como da Justiça Restaurativa;
- Realizar cursos de formação sobre metodologias autocompositivas para membros e servidores;

- **Implementar ações externas em parceria com Instituições de Ensino Superior e Organizações da sociedade civil;**

- Como componente para a realização de ações educativas e de cultura da paz;

- **Avançar na perspectiva de criação de subnúcleos de autocomposição em diferentes matérias e regiões administrativas do MPPA**

- Subnúcleos nas diversas áreas de atuação do Ministério Público.

Em relação às **necessidades**, destaca-se:

- Reforçar a equipe técnica na capacidade de execução das metodologias autocompositivas e no apoio administrativo;

- Espaço físico próprio do MPPA com capacidade para realização dos procedimentos autocompositivos, com vistas a garantir o acolhimento/atendimento interno e externo ao MPPA, prezando pelos princípios da acessibilidade e confidencialidade;
- Reforçar o apoio interno dos membros e servidores do MPPA na adesão aos procedimentos autocompositivos;
- Continuidade do apoio do PGJ à estruturação do Nupeia.

3.9 – CORREGEDORIA GERAL

As ações da Corregedoria Geral do Ministério Público - CGMP realizadas no exercício de 2022 ocorreram de acordo com as principais demandas internas e externas da CGMP, a partir dos Objetivos Estratégicos Institucionais do MPPA e dos objetivos constante no Plano Diretor, biênio 2021/2022 deste órgão institucional.

Foram realizadas 186 correições presenciais, sendo 48 extraordinárias e 138 ordinárias.

Em 2022 foram abertos 9 (nove) Procedimentos Disciplinar Preliminar (PDP) e 6 (seis) Processos Administrativos Disciplinar, com o objetivo de apurar possíveis violações a dever funcional.

A CGMP além das atividades normais atuou em 3 (três) Projetos:

✓ Projeto “Dinamizando a Orientação Funcional”, com o objetivo de esclarecer e atualizar membros e servidores sobre uniformização taxonômica adotada pelo CNMP e ritos procedimentais em normas vigentes, de forma a agilizar procedimentos extrajudiciais e atender as demandas da população. Realizado através de 6 (seis) oficinas pré-correcionais, atendendo as 73 Promotorias de Justiça, que incluem muitos membros e servidores.

✓ Projeto “Corregedoria e a Agenda de Direitos Humanos”: aproximar o MPPA da sociedade, através de escutas e devolutivas com os segmentos representativos da sociedade e que permita mensurar a qualidade dos serviços prestados à sociedade local pelas Promotorias de Justiça. Em 2022, foram realizadas 2 (duas) Escutas Sociais com presença de 83 (oitenta e três) lideranças comunitárias e 2 (duas) Devolutivas Sociais, oportunidade que o MPPA local deu a resposta das demandas elencadas nas escutas, nas devolutivas tivemos a presença de 67 (sessenta e sete) representantes da sociedade local.

✓ Projeto: ‘Inserção da Diversidade Racial e Étnica no MPPA”, com objetivo de enfrentamento do racismo estrutural e institucional, bem como, mapear o número de servidores e de membros negros e indígenas, que integram o MPPA, possibilitando traçar políticas afirmativas institucionais e o incremento do sistema de cotas

raciais. Elaborada e divulgada, em meios digitais, cartilha interativa de Orientações Institucionais pela Igualdade Racial.

PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2023

No momento estamos na fase de elaboração do Novo Plano Diretor – Biênio 2023/2024, e na mudança de gestão da CGMP, porém nos é possível prever algumas ações que impactam e importam para a sociedade, dentre estas:

- ✓ Melhoria das atividades da CGMP, através da capacitação e do conhecimento de novas práticas para a Corregedoria –Geral;
- ✓ Desenvolvimento de ações que propiciem melhorias no atendimento ao Público, seja no atendimento direto, seja através de meio eletrônicos;
- ✓ Implantação da Unidade de Estatística e Desenvolvimento de relatórios;
- ✓ Proposição de revisão da Lei Orgânica do MPPA, visando adequações às novas Resoluções do CNMP e outros dispositivos; e
- ✓ Revisão do Manual de Atuação Funcional, em parceria com os Centros de Apoios Operacionais (CAO's), Centro de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e Procuradoria Geral de Justiça (PGJ), com a disponibilização em meio físico e em E-book, possibilitando o ajuste sempre que necessário.

3.10 - GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIALIZADA NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO - GAECO

O Grupo de Atuação Especializada no Combate ao Crime Organizado - GAECO é, nos termos do art. 1º da Resolução nº 003/2021-CPJ, uma modalidade de atuação coletiva especializada que integra a estrutura administrativa e permanente da Procuradoria-Geral de Justiça, e tem como missão identificar, prevenir e reprimir as atividades das organizações criminosas no Estado do Pará e os correlatos sistemas de corrupção de agentes públicos e de lavagem de bens, direitos ou valores provenientes de infração penal, notadamente por meio de ações de inteligência, investigações, ações judiciais, cooperação jurídica interna e internacional e a recuperação de ativos que propiciem a desarticulação e a repressão eficiente dos mencionados grupos criminosos.

Nesse sentido, as ações do GAECO geradoras de grandes impactos e repercussão na sociedade, adotadas no exercício de suas atribuições ao longo do ano de 2022, confundem-se com as operações realizadas em cumprimento de medidas cautelares sigilosas devidamente deferidas pela Justiça, no bojo de procedimentos investigatórios

criminais presididos pelo próprio GAECO, ou em auxílios prestados a partir de solicitações dos órgãos de execução do MPPA, listadas a seguir:

A.1 – OPERAÇÃO PRODITOR

Descrição: Cumprimento de 3 (três) mandados de busca e apreensão domiciliar deferidos pela Justiça, concomitantemente em endereços localizados em três municípios distintos do Estado do Pará – Tucuruí, Belém e Ananindeua.

A Operação Proditor fundamenta-se em investigação decorrente de pedido de auxílio formulado pela Promotoria de Justiça de Tucuruí com o objetivo de investigar condutas ilícitas tipificadas nos arts. 317, 325 e 333, todos do Código Penal, praticadas por servidor efetivo do Ministério Público do Estado do Pará lotado na mencionada Promotoria de Justiça, consistentes no repasse de informações sigilosas a investigados e terceiros interessados sobre processos e procedimentos em trâmite no Ministério Público.

A.2 – OPERAÇÃO GÊNESIS

Descrição: Cumprimento de 6 (seis) mandados de busca e apreensão domiciliar deferidos pela Justiça, concomitantemente em endereços localizados em três municípios distintos do Estado do Pará – Maracanã, Castanhal e Belém, além do cumprimento de um mandado de prisão temporária (Praia de Algodoal, Ilha de Maiandeuá) e um de afastamento de funções (Maracanã).

A Operação Gênesis fundamentou-se em procedimento investigatório criminal em curso no GAECO a partir de denúncia formulada, em novembro de 2021, sobre esquema de desvio de dinheiro público na Câmara de Vereadores de Maracanã que consistia na emissão de notas fiscais por parte de duas empresas sediadas em Castanhal, pessoas jurídicas que recebiam o valor total, mas não entregavam o material objeto da suposta aquisição. Após receberem valores, as empresas devolviam a maior parte do dinheiro público para os agentes que controlam as contas públicas da Câmara Municipal de Maracanã.

A.3 – OPERAÇÃO POMBO

Descrição: Cumprimento de 5 (cinco) mandados de prisão preventiva em Belém e Salinópolis, em desfavor de dois advogados e três integrantes de facções criminosas.

A Operação Pombo fundamentou-se em procedimento investigatório criminal instaurado no âmbito do GAECO, com o objetivo de apurar a relação ilícita de advogados com integrantes de facções criminosas que se encontram custodiados em estabelecimentos prisionais paraenses.

No decorrer de praticamente um ano, a investigação conseguiu constatar a relação criminosa existente entre integrantes custodiados da facção Comando Vermelho e os dois

advogados que vinham funcionando como mensageiros ao se utilizarem de suas prerrogativas conferidas legalmente pelo exercício da advocacia (Lei Federal nº 8.906/94) para servirem de elo entre faccionados presos e soltos, repassando as informações obtidas por ocasião das visitas realizadas em estabelecimentos prisionais no Estado do Pará.

A.4 – OPERAÇÃO POMBO II

Descrição: Cumprimento de mandado de busca e apreensão e de prisão preventiva em Belém, em desfavor de um advogado relacionado com facções criminosas.

A Operação Pombo II, desdobramento da Operação Pombo I, fundamentou-se em procedimento investigatório criminal instaurado no âmbito do GAECO, com o objetivo de apurar a relação ilícita de advogados com integrantes de facções criminosas que se encontram custodiados em estabelecimentos prisionais paraenses.

Os mandados de busca e apreensão e de prisão preventiva foram obtidos após o GAECO apresentar evidências à Justiça, devidamente descritas em capítulo próprio da exordial acusatória, sobre a necessidade de garantia da ordem pública a partir da constrição cautelar do advogado.

A.5 – OPERAÇÃO SATURNO

Descrição: Cumprimento de 20 (vinte) mandados de busca e apreensão e afastamento de cargo.

A Operação Saturno fundamentou-se em procedimento investigatório criminal tombado por Promotor de Justiça a partir de delegação do Procurador-Geral de Justiça, após representação formulada contra o Prefeito Municipal de Bonito/PA apontando várias irregularidades em procedimentos licitatórios e contratos de algumas empresas com o Poder Público Municipal.

As buscas ocorreram em endereços localizados nos municípios de Bonito, Capanema, Santa Maria do Pará, Ananindeua e Belém. Ao longo das investigações, constatou-se que as contratações investigadas apresentavam um conjunto consistente de indícios de fraude, sugerindo montagem do processo e favorecimento das empresas contratadas, as quais no geral pertencem a parentes do gestor municipal, que foi afastado do cargo.

A.6 – OPERAÇÃO CONTENÇÃO

Descrição: Cumprimento de 5 (cinco) mandados de busca e apreensão.

A Operação Contenção fundamentou-se em inquérito civil tombado no âmbito da Promotoria de Justiça de Oriximiná para apurar atos de improbidade administrativa pela gestão municipal.

A.7 – OPERAÇÃO POMBO III

Descrição: Cumprimento de mandado de prisão preventiva em Belém, em desfavor de uma pessoa que se passava por advogada e se relacionava com facções criminosas.

A Operação Pombo III, desdobramento da Operação Pombo I, fundamentou-se em procedimento investigatório criminal instaurado no âmbito do GAECO, com o objetivo de apurar a relação ilícita de advogados com integrantes de facções criminosas que se encontram custodiados em estabelecimentos prisionais paraenses.

O mandado de prisão preventiva foi obtido após o GAECO apresentar evidências à Justiça, devidamente descritas em capítulo próprio da exordial acusatória, sobre a necessidade de garantia da ordem pública a partir da constrição cautelar do advogado.

A.8 – OPERAÇÃO FALSUS

Descrição: Cumprimento de 6 (seis) mandados de busca e apreensão em Salvaterra/PA.

A Operação Falsus fundamentou-se em procedimento investigatório criminal tombado por Promotor de Justiça a partir de delegação do Procurador-Geral de Justiça, visando levantar eventuais provas de que foram praticadas condutas ilícitas de integrantes da Administração Pública de Salvaterra, consistentes em fraudar o processo legislativo que resultou na publicação de uma Lei Municipal, que desmembrou uma secretaria municipal em favorecimento de terceiros.

PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO DE 2023

- Aquisição dos bens e serviços listados em planilha enviada à Assessoria de Planejamento;
- Estruturação tecnológica e de pessoal do Núcleo de Análise de Evidências (NAE/GAECO);
- Cursos ofertados pelo CEAF relacionados à temática das investigações contra o crime organizado;
- Visitas institucionais a outras unidades de GAECO do Brasil em busca de soluções de informática e de outras experiências exitosas úteis ao propósito de investigar organizações criminosas.

3.11 – GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Em 2022 foram cadastradas 1.137 demandas, sendo 53 como atividades não procedimentais, restando 130 demandas em trâmite, além de 16 em trâmite de demandas residuais de 2021, devido à complexidade das diligências demandadas. Em 2022, o GSI realizou 11 (onze) operações, conforme descritas no detalhamento abaixo.

O GSI integra a REDE-LAB (Rede Nacional de Laboratórios contra Lavagem de Dinheiro), do Ministério da Justiça, que por meio de convênio se compromete a participar de fóruns técnicos nacionais, desenvolver ferramentas de análise, ministrar treinamentos especializados para outros órgãos que compõem a REDE-LAB.

Como produto dessa colaboração foram desenvolvidas duas ferramentas de Análise, utilizadas nacionalmente por órgão que participam da REDE-LAB. As referidas ferramentas realizam cruzamento de dados, descoberta de padrões, entre outras funcionalidades que permitem a construção de relatórios mais elaborados de Relatórios de Inteligência Financeira – RIFs e Relatórios de Afastamento de Sigilo Bancário (SIMBA).

1. Relatórios e atividades de Inteligência Financeira:

Relatório / Atividade	Quantitativo	Percentual
RELINT - RIF	21	67,74%
RELTEC - RIF	6	19,35%
Processamento-RIF-COAF	4	12,90%
Total	31	100,00%

2. Relatórios e atividades do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA)

Relatório / Atividade	Quantitativo	Percentual
PEDIDO DE INFORMAÇÃO	23	74,19%
RELTEC - BANCÁRIO	4	12,90%
EMIÇÃO DE CERTIDÃO	3	9,68%
GESTÃO DE QUARENTENA	1	3,23%
Total	31	100,00%

3. . Relatórios de Análise Fiscal e Patrimonial

Relatório/Atividade Quantitativo Percentual

RELTEC - FISCAL	1	100,00%
Total	1	100,00%

4. Desenvolvimento de soluções em softwares e outras atividades correlatas

a. Implantação do software Kanban para controle das atividades desenvolvidas pela equipe do CTLABLD;

b. Desenvolvimento da ferramenta Estatísticas-GSI para acompanhamento de atividades da equipe do CTLABLD;

c. Desenvolvimento da ferramenta Estatísticas-RIF para geração de estatísticas e tomada de decisão, baseado nos dados recebidos de todos os Relatórios de Inteligência Financeira recebidos pela UIF – COAF;

d. Desenvolvimento da ferramenta Estatísticas-SIMBA para geração de estatísticas e tomada de decisão, baseado nos dados recebidos do Sistema SIMBA;

e. Desenvolvimento da ferramenta Visual RIF, utilizada para análise de todos os RIFs recebidos pela UIF – COAF;

f. Desenvolvimento da ferramenta CIFRA, utilizada para análise de todos os casos de Afastamento de Sigilo Bancário, recebidos do Sistema SIMBA;

g. Desenvolvimento da ferramenta Ceos, para cadastrar os dados levantados de pessoas e empresas envolvidas em casos analisados pelo GSI;

h. Implantação do serviço de arquivos em nuvem, que armazena e controla o acesso de todos os documentos produzidos pelo CTLABLD

No campo da Inteligência, Contrainteligência e Segurança Institucional, o GSI emite relatórios de inteligência, de pesquisa, de missão, faz levantamento de campo, pesquisas em base de dados fechadas e abertas, análise de vínculos, relatório de análise de risco de membros e/ou servidores, organização e execução de operações de inteligência, e operações ostensivas e a gerência do INFOPEN e teve como principais atividades em 2022:

1. INTELIGÊNCIA E APOIO À INVESTIGAÇÃO

1.1. Relatórios

➔Relatório Técnico de Pesquisa de Informações: RELTEC-RELPEQ¹

ATIVIDADE	QUANTIDADE
RELTEC-RELPEQ	151

➔Relatório Técnico de Missão: RELTEC-RELM²

ATIVIDADE	QUANTIDADE
RELTEC-RELM	66

➔Relatório de Inteligência: RELINT-INFORME³

ATIVIDADE	QUANTIDADE
RELINT-INFORME	86

➔Apoio na Abertura de Malotes de Material Apreendido⁴

ATIVIDADE	QUANTIDADE
AUTO DE ABERTURA DE LACRE	16

➔Pedido de Inteligência: PI⁵

ATIVIDADE	QUANTIDADE
PI	01

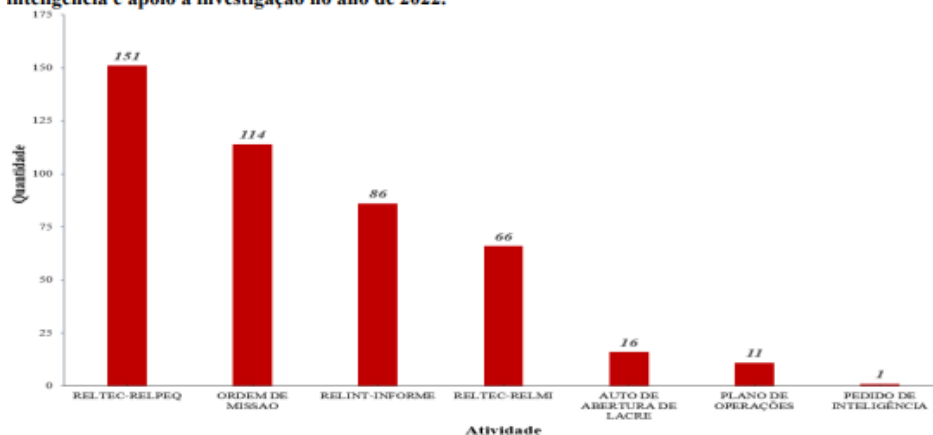
➔Ordem de Missão: OM⁶

ATIVIDADE	QUANTIDADE
OM	114

➔Planejamento de Operações⁷

ATIVIDADE	QUANTIDADE
PLANO DE OPERAÇÕES	11

Figura 1: Quantidade de atividades desenvolvidas referentes a demandas relacionadas à área de inteligência e apoio à investigação no ano de 2022.



Resumo das Operações Realizadas:

- OPERAÇÃO POMBO I DEMANDANTE: GAECO/MPPA DATA: 17/02/2022
MUNICÍPIO(S): Belém OBJETO: Investigação de Organizações Criminosas – Comando

Vermelho BUSCA E APREENSÃO: 01 PRISÃO PREVENTIVA: 01 PRISÃO EM FLAGRANTE: 00

- OPERAÇÃO PRODITOR DEMANDANTE: GAECO/MPPA DATA: 04/05/2022 MUNICÍPIO(S): Tucuruí, Belém e Ananindeua OBJETO: Investigar, em tese, condutas ilícitas, tipificadas nos artigos 317, 325 e 333 do Código Penal, praticadas por servidor efetivo do MPPA lotado na Promotoria de Justiça de Tucuruí. BUSCA E APREENSÃO: 03 PRISÃO PREVENTIVA: 00 PRISÃO EM FLAGRANTE: 00

- OPERAÇÃO MERCADORES DO TEMPLO DEMANDANTE: GAECO/MPMG DATA: 05/05/2022 MUNICÍPIO(S): Belém OBJETO: Esquema criminoso desenvolvido em uma complexa composição piramidal para captação de recursos financeiros sob a promessa de lucros exorbitantes. BUSCA E APREENSÃO: 03 PRISÃO PREVENTIVA: 00 PRISÃO EM FLAGRANTE: 00

- OPERAÇÃO PAYROLL DEMANDANTE: PJ PACAJÁ DATA: 26/05/2022 MUNICÍPIO(S): Pacajá e Belém OBJETO: Buscar evidências para instruir o procedimento que visa desarticular esquemas ilegais de desvios de recursos públicos na Prefeitura Municipal de Pacajá. BUSCA E APREENSÃO: 08 PRISÃO PREVENTIVA: 00 PRISÃO EM FLAGRANTE: 00

- OPERAÇÃO GÊNESIS DEMANDANTE: GAECO/MPPA DATA: 24/05/2022 MUNICÍPIO(S): Belém, Castanhal e Maracanã OBJETO: Investigação sobre esquema de desvio de dinheiro público na Câmara de Vereadores de Maracanã. BUSCA E APREENSÃO: 06 PRISÃO PREVENTIVA: 01 PRISÃO EM FLAGRANTE: 00

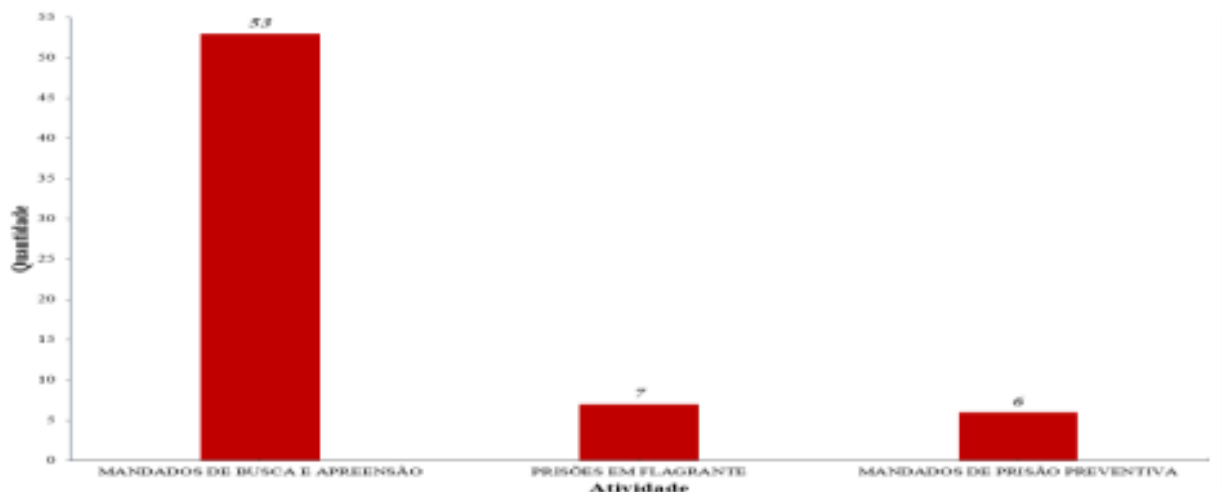
- OPERAÇÃO POMBO II DEMANDANTE: GAECO/MPPA DATA: 26/07/2022 MUNICÍPIO(S): Belém e Salinópolis OBJETO: A Operação Pombo II, desdobramento da Operação Pombo I, fundamenta-se em procedimento investigatório criminal instaurado pelo GAECO BUSCA E APREENSÃO: 02 PRISÃO PREVENTIVA: 02 PRISÃO EM FLAGRANTE: 00

- OPERAÇÃO SATURNO DEMANDANTE: GAECO/MPPA DATA: 03/08/2022 MUNICÍPIO(S): Bonito, Capanema, Santa Maria do Pará, Belém e Ananindeua OBJETO: Investigação a fim de apurar irregularidades em procedimentos licitatórios e contratos de algumas empresas com o Poder Público Municipal. BUSCA E APREENSÃO: 20 PRISÃO PREVENTIVA: 00 PRISÃO EM FLAGRANTE: 03

- OPERAÇÃO FORAGIDO DEMANDANTE: GAECO/MPPA / GAECO/MPMG DATA: 10/11/2022 MUNICÍPIO(S): Salvaterra OBJETO: Capturar um foragido da justiça de Minas Gerais BUSCA E APREENSÃO: 00 PRISÃO PREVENTIVA: 01 PRISÃO EM FLAGRANTE: 00

- OPERAÇÃO CONTENÇÃO DEMANDANTE: PJ DE ORIXIMINÁ DATA: 29/11/2022 MUNICÍPIO(S): Oriximiná OBJETO: Capturar um foragido da justiça de Minas Gerais. BUSCA E APREENSÃO: 05 PRISÃO PREVENTIVA: 00 PRISÃO EM FLAGRANTE: 03
- OPERAÇÃO POMBO III DEMANDANTE: GAECO/MPPA DATA: 01/12/2022 MUNICÍPIO(S): Ananindeua OBJETO: A Operação Pombo III, desdobramento da Operação Pombo II, fundamenta-se em procedimento investigatório criminal instaurado pelo GAECO. BUSCA E APREENSÃO: 01 PRISÃO PREVENTIVA: 01 PRISÃO EM FLAGRANTE: 00
- OPERAÇÃO FALSUS DEMANDANTE: GAECO/MPPA DATA: 06/12/2022 MUNICÍPIO(S): Salvaterra OBJETO: Investigação realizada pelo MPPA com o objetivo de levantar eventuais provas de que houve condutas ilícitas de integrantes da Administração Pública de Salvaterra. BUSCA E APREENSÃO: 04 PRISÃO PREVENTIVA: 00 PRISÃO EM FLAGRANTE: 01

Figura 2: Quantidade de mandados judiciais de busca e apreensão e prisões no ano de 2022.



2. CONTRAINTELIGÊNCIA

➔ Relatório de Inteligência - Investigação Social: RELINT-INFORME⁸

ATIVIDADE	QUANTIDADE
RELATÓRIO INVESTIGAÇÃO SOCIAL	127

➔ Varredura para detecção de junções não lineares e varredura física⁹

ATIVIDADE	QUANTIDADE
VARREDURAS	03

➔ Cadastros/solicitações efetuadas em sistemas de pesquisas de dados conveniados¹⁰

CADASTROS/SOLICITAÇÕES	QUANTIDADE
INFOPEN/SEAP	82
GALACTUS/MPSE	71
CCS/BACEN	37
REGIN/JUCEPA	33
INFOSEG/MUSP	33
GEO-OBRA/TCM	29
CECAG/MINCIDADANIA	27
E-CONTAS/TCM	27
LINCE/TCM	25
CENSEC/CNB	24
ADUNA-LINS/MPMG	22
CNIS/INSS	21
SIAFEM	54
TOTAL	485

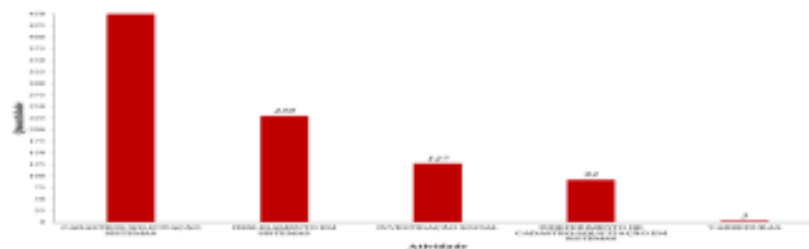
➔ Indeferimentos de cadastro/solicitação de acesso à sistema de pesquisa de dados por falta de documentos obrigatórios

INFERIMENTOS	QUANTIDADE
INFOPEN/SEAP	05
REGIN/JECEPA	06
GALACTUS/MPSE	11
ADUNA/LENS/MPMG	09
CECAD/MENCIDADANIA	11
CCS/BACEN	06
CENSEC/CNB	07
E-CONTAS/TCM	08
GEO-OBRS/TCM	04
CNIS/INSS	09
INFOSEG/MISP	13
SIAFEM	03
TOTAL	92

➔ Medida de desligamentos de servidores e estagiários

CONTROLE DE DESLIGAMENTO	QUANTIDADE
DESLIGAMENTO ESTAGIARIOS	187
DESLIGAMENTO SERVIDORES	43
TOTAL	230

Figura 3: Quantidade de atividades desenvolvidas referentes a demandas relacionadas à área de contrainteligência no ano de 2022.



3. SEGURANÇA INSTITUCIONAL

➔ Relatório de Inteligência – RELINT-INFORMAÇÃO-RELA¹¹

ATIVIDADE	QUANTIDADE
ANÁLISE DE RISCO DE ÁREAS E INSTALAÇÕES	21

➔ Relatório de Inteligência – RELINT-INFORMAÇÃO-RELAR¹²

ATIVIDADE	QUANTIDADE
ANÁLISE DE RISCO PESSOAL	20

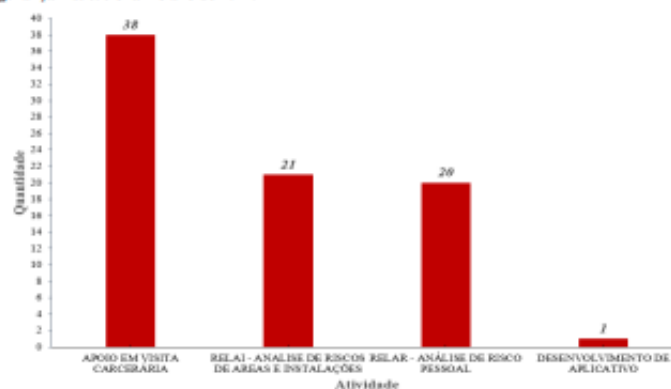
➔ Apoio em Visita Carcerária¹³

ATIVIDADE	QUANTIDADE
VISITA CARCERARIA	38

➔ Desenvolvimento de aplicativo de segurança institucional¹⁴

ATIVIDADE	QUANTIDADE
DESENVOLVIMENTO DE APLICATIVO	01

Figura 4: Quantidade de atividades desenvolvidas referentes a demandas relacionadas à área de segurança institucional no ano de 2022.



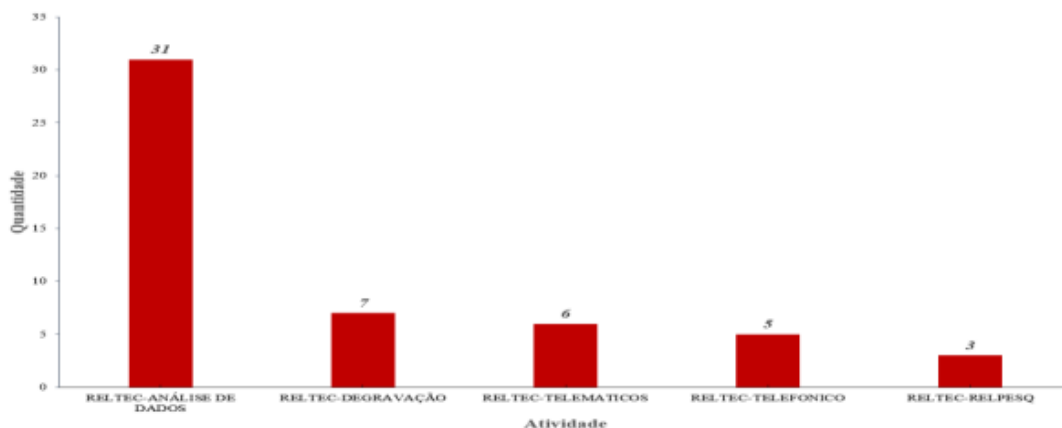
O Grupo de Atuação Especial de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional - GSI, é responsável pelas demandas referentes aos afastamentos de sigilos telefônicos, telemáticos, degravações de mídias audiovisuais, análise de conteúdo de terminal móvel celular (TMC), informações sobre dados cadastrais em operadoras de telefonia, provedores de conexão, aplicação e empresa privadas, bem como análise de dados telemáticos extraídos de dispositivos apreendidos e em nuvem.

Nesse sentido, apresentou o seguinte desempenho em 2022;

2. Relatórios

ATIVIDADE	QUANTIDADE
RELTEC-ANÁLISE DE DADOS	31
RELTEC-DEGRAVAÇÃO	07
RELTEC-TELEMATICOS	06
RELTEC-TELEFONICO	05
RELTEC-RELPEQ	03

Figura 1: Quantidade de atividades desenvolvidas referentes a demandas relacionadas à Coordenadoria de Sinais no ano de 2022.



3. Afastamento de Sigilo Telefônico e Análise de Dados Telefônicos

OPERAÇÃO	QTD DE INVESTIGADOS	QTD NUMERAIS/IMEIS	COMARCA
ZAPLÂNDIA	13	13	BELÉM
GÊNESIS	05	11	MARACANÃ
QUEBRA SIGILO TELEFÔNICO	30	30	BELÉM
SATURNO	11	34	BONITO
QUEBRA SIGILO TELEFÔNICO	09	43	BELÉM

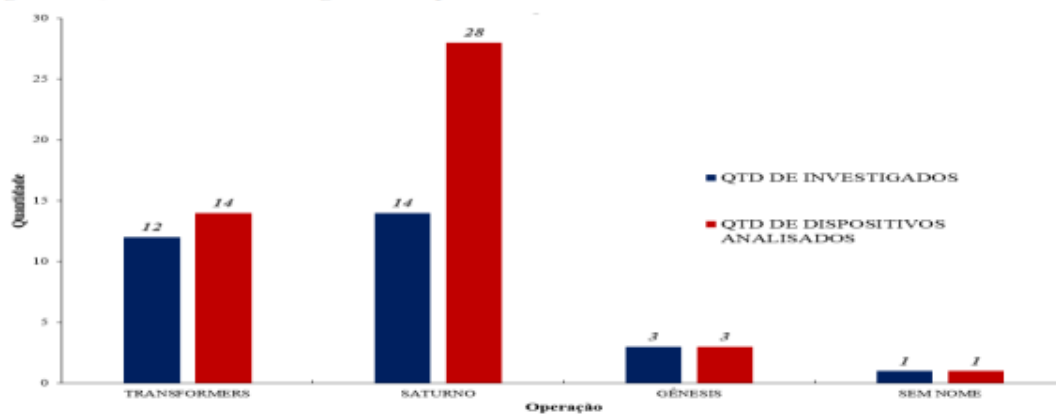
4. Afastamento de Sigilo Telefônico e Análise de Dados Telemáticos

OPERAÇÃO	QTD DE INVESTIGADOS	QTD NUMERAIS/IMEIS	COMARCA
VEGAS	01	02	BELÉM
PREFEITURA PARAUAPEBAS	02	02	PARAUAPEBAS
ZAPLÂNDIA	03	34	BELÉM
GÊNESIS	05	11	MARACANÃ
QUEBRA SIGILO TELEMÁTICO	01	01	TERRA SANTA
QUEBRA SIGILO TELEMÁTICO	05	52	BELÉM
SATURNO	11	44	BONITO
QUEBRA SIGILO TELEMÁTICO	09	09	

5. Análise de Conteúdo Extraído

OPERAÇÃO	QTD DE INVESTIGADOS	QTD DE DISPOSITIVOS ANALISADOS
TRANSFORMERS	12	14
SATURNO	14	28
GÊNESIS	03	03
SEM NOME	01	01

Figura 2: Quantidade de investigados e dispositivos analisados no ano de 2022.

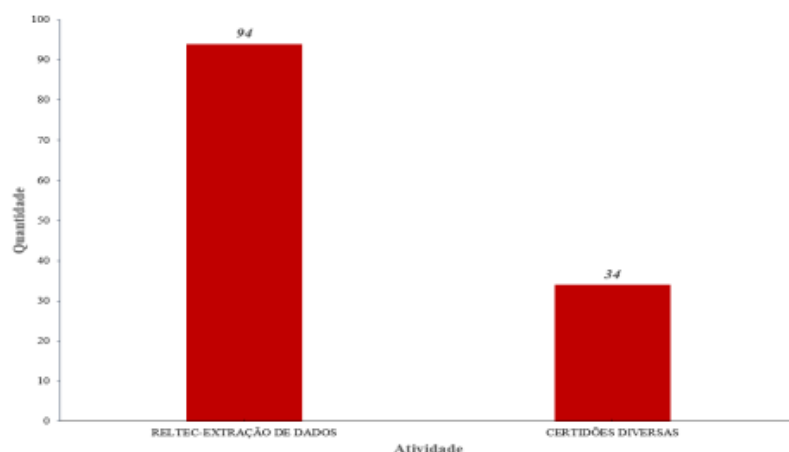


6. Total de Dispositivos Degravados por Relatório

ATIVIDADE	QTD DE MÍDIA DEGRAVADA
RELTEC-DEGREVAÇÃO	01
RELTEC-DEGREVAÇÃO	01
RELTEC-DEGREVAÇÃO	07
RELTEC-DEGREVAÇÃO	01
RELTEC-DEGREVAÇÃO	01
RELTEC-DEGREVAÇÃO	19
RELTEC-DEGREVAÇÃO	06

O Grupo de Atuação Especial de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional - GSI, é responsável pelas demandas referentes à extração de dados em dispositivos móveis, discos rígidos, icloud, espelhamento de mídias de armazenamento digital, por meio de tecnologia de ponta, apresentando o seguinte desempenho nessa atuação:

ATIVIDADE	QUANTIDADE
RELTEC-EXTRAÇÃO DE DADOS	94
CERTIDÕES DIVERSAS	34



PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2023

Tendo como atribuições a prevenção, detecção, obstrução e neutralização das ações adversas, planeja para o ano de 2023 a aquisição de equipamentos de inteligência e a elaboração de normativos para defesa da Segurança Institucional do MPPA.

O GSI mantém interesse em aprofundar a qualificação dos seus agentes visando capacitá-los para o melhor desempenho de suas atribuições. Por fim, o GSI busca expandir as cooperações com outros órgãos visando propiciar o compartilhamento de informações.

4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

4.1 OUVIDORIA GERAL

A Ouvidoria-Geral do Ministério Público do Estado do Pará foi criada através da Lei nº 6.849/2006 com atribuições para receber, examinar e encaminhar representações, denúncias, reclamações, críticas, apreciações, comentários, elogios, pedidos de informações e sugestões sobre as atividades desenvolvidas pelo Ministério Público, dentre outras. A relevância de suas funções contribuiu para elevar os padrões de transparência, presteza, qualidade e segurança das atividades de membros, órgãos e serviços auxiliares da instituição, sendo um canal permanente de comunicação com a sociedade.

A Ouvidoria-Geral diante dos desafios que se apresentavam disponibilizou sua estrutura que passou a funcionar como canal de entrada para recebimento de manifestações, mesmo aquelas que não eram de competência do MPPA garantindo a correta orientação e auxiliando a sociedade neste momento tão complexo que estamos passando, sem abrir mão do seu papel na busca pelo aprimoramento dos serviços disponibilizados pela Instituição.

Em 2022 atuou nos seguintes projetos:

Atuação nas Eleições

O Ministério Público do Estado do Pará, pela primeira vez, no Ano de 2022, contou com a participação da Ouvidoria-Geral do MPPA nas Eleições 2022, atuação conjunta com o Núcleo Eleitoral. A iniciativa decorreu de reunião, realizada em setembro/2022, em que foram propostas ações pertinentes às eleições. As ações propostas tiveram como objetivo determinar a atuação da Ouvidoria, em plantão institucional, com outras unidades do MPPA envolvidas; a disponibilização dos canais de atendimento da Ouvidoria, para os casos de urgência, nas hipóteses de os membros necessitarem, a fim de que pudessem cumprir suas atribuições em prol da sociedade e da democracia. Com isso, no intuito de auxiliar os membros deste MPPA, que atuaram nas eleições/2022, constituiu-se uma Comissão, em que a Ouvidoria-Geral integrou, e teve como presidente, o Procurador-Geral de Justiça, César Bechara Nader Mattar Junior.

Carta de Serviços da Ouvidoria-Geral

Em junho/2022, objetivando apresentar à sociedade o trabalho desenvolvido pela Ouvidoria-Geral do MPPA, inclusive pela Ouvidoria das Mulheres, o MPPA aprovou e divulgou a Carta de Serviços da Ouvidoria-Geral, elaborada à luz da Constituição Federal de 1988 e da Lei 13.460/2017. A Carta expõe aos cidadãos os serviços prestados pela Ouvidoria, os canais de comunicação e as formas de acesso a esses serviços e o compromisso com a qualidade no atendimento ao público realizado pela Ouvidoria-Geral e pela Ouvidoria das Mulheres. A Carta de Serviços ao Usuário engloba questões relacionadas ao atendimento humanizado do cidadão, a gestão de informação, a Lei de Acesso à informação, o Portal da Transparência, além de oferecer link de sítios e formulários de interesses dos usuários do serviço público. O guia permite a toda sociedade conhecer a Ouvidoria, bem como entender o fluxo das demandas recebidas, reafirmando o compromisso institucional em promover cidadania.

PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2023

A Ouvidoria-Geral do MPPA tem como objetivo contribuir com a Administração Superior, proporcionando o aperfeiçoamento da instituição, bem como a aproximação do Ministério Público à sociedade paraense.

Com isso, a Ouvidoria-Geral planeja, para o exercício de 2023 o desenvolvimento de diversas ações, tais como:

- **Participar de reuniões** junto ao Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público – CNOMP e Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, para o aprimoramento dos serviços prestados;
- **Proporcionar a capacitação** de servidores da Ouvidoria-Geral, por meio de cursos, palestras, e eventos relacionadas às atribuições;
- **Promover o intercâmbio** das boas práticas desenvolvidas pelas ouvidorias dos Ministérios Públicos Brasileiros;
- **Divulgar as atividades** desenvolvidas pela Ouvidoria-Geral do Ministério Público, garantindo a acessibilidade da informação para o público interno e externo, inclusive, para pessoas com deficiência, utilizando materiais impressos, cartazes, folders, cartilhas, banners e marcadores, bem como, as redes sociais;
- **Atuar diretamente na comunicação interna**, visitando as Promotorias de Justiça, no sentido de estimular a ideia de que cada membro é o ouvidor natural no seu órgão de execução, assim como aproximar os demais servidores da instituição à Ouvidoria;
- **Dar maior visibilidade à Carta de Serviços aos Usuários;**
- **Retomar as boas práticas** de projetos previamente aprovados, como o “Café com o Ouvidor”, premiando membros e servidores e incentivando a cooperação com os trabalhos desenvolvidos pela Ouvidoria-Geral.

4.2 TRANSPARÊNCIA

Foi criado, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, em julho de 2022, o **Comitê Gestor do Portal da Transparência**, de suma importância para as deliberações a respeito das atividades desenvolvidas na alimentação e atualização do Portal da Transparência do MPPA, em cumprimento às Resoluções CNMP nº 86/2012, que dispõe sobre o Portal da Transparência do Ministério Público, e nº 89/2012, que regulamenta a Lei e Acesso à Informação no âmbito do Ministério Público da União e Estados.

A criação do Comitê foi proposta pela Ouvidoria-Geral do MPPA, tendo em vista as novas demandas apresentadas na 5ª Edição do Manual do Portal da Transparência do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, e objetivando atender às exigências

impostas no novo manual, bem como, manter atualizado o Portal do MPPA para as avaliações periódicas realizadas pelo CNMP.

A Procuradoria-Geral de Justiça publicou as Portarias Nº 4003/2022- MP/PGJ e Nº 4004/2022-MP/PGJ, do Colégio de Procuradores de Justiça, criando o Comitê Gestor do Portal da Transparência no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, e revogou a Portaria 6812/2015-MP/PGJ, que designava a Ouvidoria-Geral como o único órgão para gerir o mencionado Portal.

4.3 CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Principais realizações da Comunicação em 2022

No ano de 2022 se inovou com a criação do programa de televisão *MPPA EM FOCO*, onde são transmitidas as principais notícias do Ministério Público. O programa é compartilhado nas redes oficiais do MPPA, além do site institucional.

Também vale ressaltar as transmissões das sessões dos Colégio e Conselho pelo Canal do MPPA no Youtube para acompanhamento virtual, além do presencial.

As atividades ao longo do ano se deram entre o programa de interiorização, realizado pessoalmente pelo PGJ e equipe de trabalho como engenharia, comunicação, tecnologia e segurança, em busca de melhorias e escuta institucional nas promotorias do interior do Estado; inauguração de novas sede, como em Altamira, São Geraldo do Araguaia, Vigia, São Domingos do Capim; instalação do Memorial Covid em homenagem aos integrantes do MPPA vítimas do vírus durante a pandemia; assinatura do Termo para construção da nova sede do Ministério Público, entre o MPPA e Governo do Estado; além de debates sobre direitos humanos; campanha de combate à violência contra a mulher; campanha maio laranja, projeto de interiorização, dentre outros.

O MPPA também realizou o VI Concurso Público para o provimento de vagas de nível médio e superior, do quadro de servidores do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA). Mais de 62 mil candidatos fizeram provas em Belém, Ananindeua, Castanhal, Capanema, Paragominas, Abaetetuba, Soure, Breves, Marabá, Redenção, Tucuruí, Parauapebas, Altamira, Itaituba e Santarém. São 169 vagas imediatas e cadastro de reserva. O concurso para servidores também contou com cotas para pessoas com deficiência, negros, sendo pioneiro em cotas para indígenas e quilombolas.

O MPPA também realizou a primeira etapa do XIII Concurso Público para Promotor de Justiça. Foram ofertadas 65 vagas.

Termo para construção da nova sede do Ministério Público, entre o MPPA e Governo do Estado.

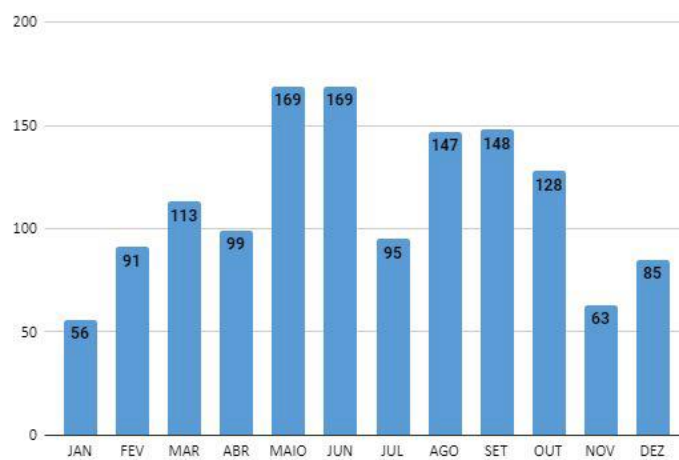






MÍDIAS DIGITAIS

Site Institucional - Em 2022, com 1.363 matérias publicadas, e 40 matérias a mais em relação a 2021, o MPPA assume seu melhor papel de informar com transparência e imparcialidade os assuntos mais variados e de utilidade pública.





MPPA e Governo do Estado assinam Termo para construção da nova sede do Ministério Público

BELEM 28/10/22 17:00



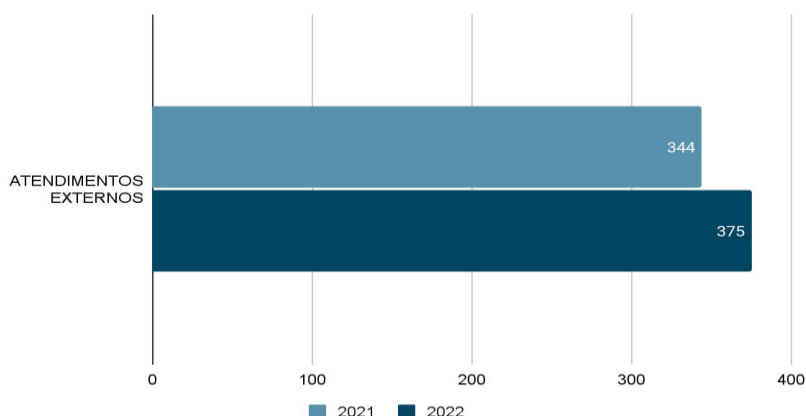
Procuradoria-Geral de Justiça inaugura Memorial Covid em homenagem aos integrantes do MPPA vítimas do vírus durante a pandemia

ANANINDEUA 23/09/22 16:00



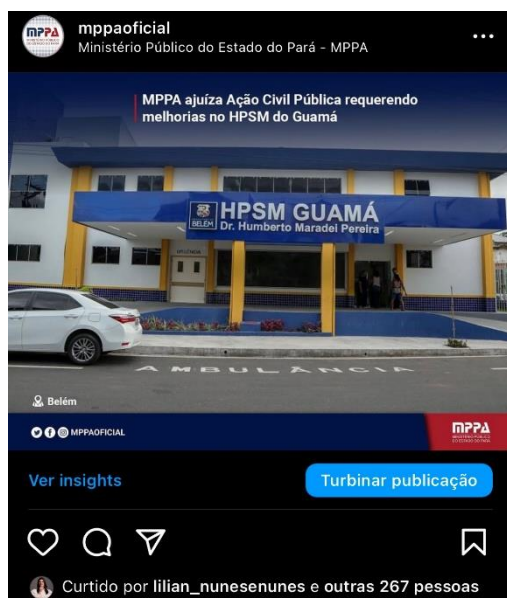
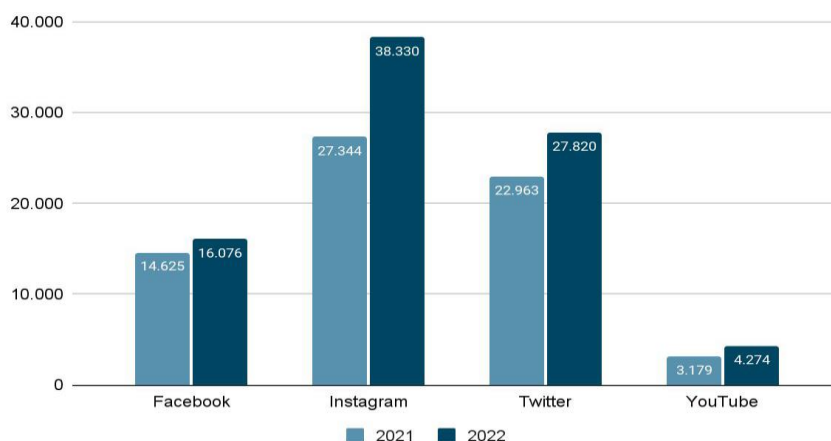
Atendimentos externos:

Os atendimentos externos foram intensificados e houve um crescimento de 9% em relação ao ano anterior.



Redes Sociais - Com aumento de 27% de inscritos e seguidores em relação a 2021, as redes sociais do MPPA desempenharam um papel importante no ano de 2022.

Entre publicações, posts, acompanhamento e interação nas redes sociais do MPPA, como Facebook, Instagram, Twitter e Youtube, culminou em expressivo aumento de seguidores, comentários, reposts, todo tipo de engajamento de cunho informativo, comemorativo e de assuntos da atualidade



PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2023

Continuação da otimização das redes sociais da instituição; com as aquisições de equipamentos (câmera, ring lights, tripé e outros). Previsto também a contratação de um profissional de fotografia para coberturas de evento gerais, e contratação de serviços profissionais de publicidade para planejamento e criação de conteúdo.

Promoção de cursos e palestras de capacitação, ofertados pelo MPPA para atualização e aprimoramento da comunicação institucional.

5. GESTÃO ADMINISTRATIVA

5.1 - GESTÃO DE PESSOAS

O ano de 2022 foi marcado na área de pessoal com a retomada dos concursos públicos de membros e servidores com a publicação de seus respectivos editais, o que possibilitará ao Ministério Público recompor sua força de trabalho já que pelo menos a mais de 03 (três) anos não se realizava um concurso de membros e a mais de 07 (sete) anos não ocorria concurso público para servidores do quadro.

Nos meses de fevereiro e setembro de 2022 o Ministério Público reestruturou a tabela de diárias pagas a membros e servidores conforme portarias nº 254 e 5247/2022-MP/PGJ, no caso de membros e 436 e 5248/2022-MP/PGJ, no caso dos servidores. Com essa atualização, ficou mais adequada a indenização dos custos com deslocamento, alimentação e estadia, nos necessários deslocamentos a serviço, da ação ministerial.

No mês de março, através da Portaria nº 1034/2022-MP/PGJ o órgão reajustou o valor pago a título de plantão institucional aos membros, além de ter encaminhado ao Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça anteprojeto de lei que visa garantir o pagamento de plantões também aos servidores, fortalecendo a atuação contínua do Ministério Público.

Foi instituída no âmbito do Ministério Público a gratificação de comarca de difícil provimento, prevista na Lei Complementar Estadual nº 057/2006 e que visa estimular e aperfeiçoar a atuação em municípios de difícil provimento, em especial aqueles do arquipélago do Marajó. Registre-se também a implantação, conforme Resolução nº 007/2022-CPJ a gratificação de acervo processual o que garante maior contraprestação pecuniária de acordo com o volume processual de cada cargo de Promotor de Justiça.

Nesse exercício, foram realizadas também a revisão das remunerações dos servidores, o que reforça a possibilidade de estruturação do órgão para melhorar o atendimento a sociedade, bem como, agora para servidores e membros do Ministério Público, foi possível a implementação da nova lei e resolução do Auxílio-Saúde, que além do reforço financeiro para a integrantes do *Parquet* no momento pós pandêmico, desburocratizou o processo de prestação de contas. Outras normas também foram implementadas:

- Lei Complementar Estadual nº 150/2022 que facilitou a movimentação de Assessores de Promotoria de Justiça ao unificar os cargos que estavam dispersos nas três entrâncias, criando economia de custos e trabalho nos processos de movimentação. Na mesma esteira, a publicação da Lei nº 9.712/2022 permitiu uma maior reestruturação do

quantitativo de servidores efetivos ocupantes de cargo em comissão e funções gratificadas conforme preceitua a Constituição Federal de 1988.

- Portaria nº 4691/2022-MPPGJ as folgas premiais criadas pela Lei nº 9370/2021, premiando a capacitação pessoal de servidores no desempenho de suas funções institucionais.

- Foram realizadas modernizações na Portaria que trata da remoção de servidores, cujo último processo ocorreu a mais de 5 anos, o que retomou a perspectiva de mobilidade na carreira e entre municípios. O edital de remoção foi publicado em janeiro de 2023, tornando realidade uma demanda histórica.

- No que diz respeito aos estagiários, houve a atualização do valor da bolsa estágio e reajuste no valor do Auxílio Transporte além da publicação de Resolução que permitirá a expansão do quantitativo de estagiários de Direito vinculados ao Ministério Público garantindo melhoria na atuação técnica dos membros, além de garantindo uma maior integração entre o Ministério Público e as Universidades.

Em 2022 foram efetivamente implementadas as seguintes iniciativas que objetivaram a valorização dos integrantes do MPPA:

- 6º Concurso de Fotografia - Programa de valorização no qual os integrantes do Ministério Público são premiados de acordo com as fotografias tiradas, observados a temática do ano. Em 2022 o tema foi "memórias afetivas". As fotografias são utilizadas para confecção do calendário anual do MPPA.

- Cartinha de Papai Noel - Programa no qual os integrantes do Ministério Público adotam uma cartinha de Papai Noel dos correios, visando presentear crianças no Natal. Foram garantidos os presentes referentes a mais de 470 cartas.

Ainda na vertente da Valorização de pessoas, o Departamento Médico e Odontológico realizou 12.290 atendimentos médicos, odontológicos, psicológicos e de enfermagem membros, servidores e seus dependentes, no ano de 2022, contando com 4 médicos, 7 dentistas, 1 psicóloga, 1 enfermeira e 5 auxiliares de enfermagem, constantes do quadro de servidores deste Departamento, conforme abaixo demonstrado.

Discriminação das Ações de Saúde Realizadas em 2022	
Atendimentos Médicos	5.775
Atendimentos Odontológicos	3.478
Atendimentos de Enfermagem	1.021
Atendimentos Psicológicos	783
Total de imunizações no ano	242
Testes de COVID realizados	991
Total	12.290

Em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde do município de Belém – SESMA, foi realizada uma Campanha de Vacinação contra Gripe, e em parceria com a Secretaria de Saúde do Estado do Pará – SESPA foi realizada testagem para detecção de infecção ativa por COVID-19, e ambas as atividades tiveram como público-alvo membros, servidores, estagiários e militares lotados neste MPPA.

DADOS ESTATÍSTICOS DE RECURSOS HUMANOS

Em dezembro de 2022, o quadro de pessoal do Ministério Público do Estado do Pará se configurou da seguinte forma:

Discriminação	QUANTIDADE 2022
Membros Procuradores	28
Membros Promotores de Justiça	297
Servidores Efetivos do MPPA	907
Servidores Cedidos Efetivos	121
Servidores sem vínculo	326
Temporários	14
Militares	225
Estagiários Nível Médio	342
Estagiários Nível Superior	625
TOTAL DE INTEGRANTES DO MPPA	2885

A movimentação do quadro de pessoal no decorrer do ano de 2021 se apresentou de acordo com o abaixo demonstrado:

Discriminação	QTDE NOMEADOS	QTDE EXONERADOS
Membros Procuradores	0	2
Membros Promotores de Justiça	0	1
Servidores Efetivos do MPPA	0	17
Servidores Cedidos Efetivos	21	6
Servidores sem vínculo	0	0
Temporários		
Militares	41	21
Estagiários Nível Médio	214	171
Estagiários Nível Superior	417	331
TOTAL DE INTEGRANTES DO MPPA	693	47

Obs: As “exonerações” de membros ocorreram por meio de aposentadoria.

PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2023

As necessidades na área de pessoal para 2023, encontram-se concentradas na admissão de novos membros e servidores com os concursos vigentes, além da aprovação e implementação do Plano de Cargos Carreiras e Remuneração – PCCR já que representa um reforço e modernização no quadro de pessoal, juntamente com a vinculação de mais

estagiários de nível superior e médio para reforçar a estrutura tanto da área meio quanto, especialmente da área finalística do órgão.

Registre-se ainda a necessidade de capacitação de membros, servidores e estagiários para garantir a efetividade da prestação dos serviços do Ministério Público à sociedade conforme define o Conselho Nacional do Ministério Público, com a busca de melhorias constantes nas atividades Ministeriais.

Além disso faz-se necessário o cumprimento da Lei nº9.858/2023 que reajusta o subsídio dos membros do Ministério Público Estadual.

5.2 CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF é a unidade organizacional auxiliar do Ministério Público do Pará, vinculado à Procuradoria Geral de Justiça, que de acordo com a Resolução nº 002/2011-CPJ, de 7 de abril de 2011, destina-se à realização cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades, estudos e publicações, objetivando o aperfeiçoamento cultural, funcional e profissional dos membros e servidores; o aprimoramento da execução ou prestação dos serviços; otimizar a disponibilização, a utilização e a operacionalidade dos recursos materiais, tecnológicos, humanos e financeiros do Ministério Público, para o melhor desempenho de suas funções institucionais.

5.2.1 - CURSOS REALIZADOS

Dentre esses, no ano de 2022 merece destaque:

- ✓ Especialização em Direitos Humanos promovido pelo CEAF por meio de parceria com a Universidade Federal do Pará - Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPA, tendo com linha de pesquisa “Políticas, Gestão, Direitos Humanos, Criminalidade e Tecnologia da Informação. Esse curso está em andamento com 42 vagas ofertadas e preenchidas por membros e servidores efetivos do MPPA após criterioso processo seletivo;
- ✓ Mestrado em Segurança Pública, ofertado em parceria com a Universidade Federal do Pará por meio da Coordenação do Programa de Pós- Graduação em Segurança Pública (PPGSP). Curso com 30 integrantes do MPPA participando, sendo eles membros e servidores efetivos do MPPA;
- ✓ Curso de Aperfeiçoamento em “Métodos Consensuais de Gestão de Conflitos e a Concretização dos Direitos Socioambientais” que foi uma iniciativa resultado de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC); a capacitação é Open Journal System-OJS que proporcionará tecnologia base para a construção de um portal de revistas eletrônicas. O Open Journal System permitirá maior fluidez no processo de editoração e avaliação dos

documentos científicos onde apenas uma única instalação pode gerenciar múltiplas revistas, também possibilitando maior disseminação e preservação dos conteúdos que apresentem uma melhoria na adoção das práticas internacionais, já implantadas no CEAF;

- ✓ Dois eventos internacionais, um na área de Direitos Humanos e outro na área de Políticas Públicas, Desenvolvimento e Povos Tradicionais na Amazônia;

- ✓ Seis cursos na área de direito eleitoral com objetivos diversos como: discutir a segurança nas eleições, o papel dos promotores eleitorais, as mudanças na legislação eleitoral, uniformizar a atuação dos promotores eleitorais em articulação com a Procuradoria Regional Eleitoral e outros pertinentes ao tema;

- ✓ A agenda 3M tendo o mês de março destinado à reflexões e debates sobre questões voltadas para o feminino, medidas de auto proteção a saber: finanças e políticas afirmativas;

- ✓ Cursos e treinamentos de brigada de incêndio em 8 municípios;

- ✓ Oficinas técnicas como o SIG fundiário;

- ✓ Cursos incompany como o Planilha de Custos, Formação de Preços e Terceirização e o Planejamento de contratação com enfoque na elaboração de estudo preliminar, termo de referência, projeto básico e gestão de risco contratuais de acordo com a nova lei de licitações, além de muitos outros na somatória de 77 capacitações realizadas. Por fim, foram concedidas 281 subvenções para participação de membros e servidores em temas de grande destaque no cenário jurídico nacional.

5.2.2 PUBLICAÇÕES

- ✓ Foi realizado o lançamento e a publicação, em agosto de 2022, da **Revista do Ministério Público 2021**, "Ministério Público do Estado do Pará". ISSN: 1980-5535, Vol. 14.

- ✓ Visando fomentar o desenvolvimento cultural dos integrantes do Ministério Público estimulando a criação literária, conferindo visibilidade a talentos e promovendo a produção e circulação de obras literárias, o CEAF criou o Ebook literário, tendo a sua primeira edição lançada em outubro de 2022. **E-Book Literário: Ministério Público e Literatura**. Físico ISBN: 978-65- 89802-08-2; Digital ISBN: 978-65-89802-09-9;

- ✓ **E-Book Jurídico: "Ministério Público e Novas Tecnologias: avanços, desafios e perspectivas"**. Lançado no Dia Nacional do Ministério Público tem como objetivo fomentar e disseminar a produção do conhecimento científico no âmbito do Ministério Público, bem como promover o compartilhamento de reflexões críticas sobre o tema nas suas diversas áreas de atuação.

- ✓ Foram editadas **cartilhas** sobre a comunidade LGBT por meio das parcerias com o CAO Direitos Humanos; cartilhas Eleitorais com o CAO Cível e cartilhas sobre Poluição Sonora e Roteiro de Desmatamento com o CAO Ambiental.
- ✓ Foi publicado o **Portfólio** CEAF 2022 e distribuído eletronicamente no mês de dezembro com um resumo das principais atividades desenvolvidas pelo CEAF nesse ano.
- ✓ Todas essas publicações estão disponibilizadas no site do Ministério Público do Pará, na aba do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) (<https://www2.mppa.mp.br/areas/institucional/ceaf/publicacoes.htm>).

5.2.3 PESQUISAS E GRUPOS DE ESTUDOS

No ano de 2022 foram criados o **Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio Público (GEPPP)**; e o **Grupo de Estudos e Pesquisas em Segurança Pública e Criminalidade (GEPSPCRIM)**. Ambos os Grupos são de caráter provisório tendo como objetivo realizar atividades de estudos e pesquisas específicos as suas temáticas; são compostos por membros, servidores e estagiários do MPPA. A DPGE conta ainda com um grupo de estudos e pesquisas de caráter permanente cadastrado junto ao Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o GEDHA/DPGE/CEAF/MPPA/CNPq. O **Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Desenvolvimento e Direitos Humanos na Amazônia (GEDHA)** foi criado pela portaria nº 4077/2021-MP/PGJ, em 18 de novembro de 2021 e se manteve atuante ao longo do ano de 2022

O Grupo de Estudos em Direitos Humanos - GEDHA atuou em 2023 a partir do cumprimento de planos de trabalho anuais que envolve realizações de eventos, pesquisas e estudos. O Grupo operacionaliza suas atividades a partir da articulação e combinações das diferentes diretorias que compõem o CEAF, em destaque: Diretoria de Bolsas de Estudo, Auxílios Financeiros e Parcerias, por meio de Termos de Cooperação celebrados entre o MPPA e outras instituições, por intermédio do CEAF, também inclui atividades realizadas em parceria com outras unidades do MPPA, como por exemplo, o Núcleo de Questões Agrárias e Fundiárias (NAF) e o Núcleo de Promoção à Igualdade Étnico-Racial (NIERAC), ambos vinculados ao CAODH.

Destaca-se ainda o **Projeto Expresso Direitos Humanos (Expresso DH)**, um projeto intersetorial coordenado pelo Diretor-Geral do CEAF e a Coordenação do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAODH), o GEDHA tem realizado as seguintes atividades:

I. Proposição e organização do Seminário Internacional Políticas Públicas, Desenvolvimento e Povos Tradicionais na Amazônia. Temática: Desenvolvimento, modernidade e colonialidade na América Latina, realizado nos dias 4 e 5 de agosto de 2022;

II. Formalização de Termos de Cooperação: Termo de Cooperação nº 002/2022-MP/PA, acordo de cooperação entre o MPPA e a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) cujo Plano de Trabalho: Violência contra vulneráveis e desenvolvimento regional no Pará: mapeando o problema e mensurando os impactos, que tem por objetivo geral: Mapear o Estado da Arte da Violência contra vulneráveis e mensurar seus impactos para a economia do Pará;

III. Submissão de Artigo Científico em atendimento ao Edital nº 04/2022, publicado em 1 de abril de 2022, uma publicação do MPPA, por intermédio da Diretoria de Publicações do CEAF em Parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público.

IV. E-book: “Ministério Público e Novas Tecnologias: avanços, desafios e perspectivas”.

5.2.4 - PARCERIAS, CONVÊNIOS E TERMOS DE COOPERAÇÃO

✓ Estabelecimento de novas parcerias com universidades e instituições de pesquisa e extensão como forma de fomentar práticas inovadoras e oferta de cursos.

✓ Acordo de Cooperação nº 002/2022 – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA.

✓ Termo de Cooperação nº 005/2022 – Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público Estado de São Paulo – CEAF/ESMP.

✓ Termo de Cooperação nº 022/2022 – Ministério Público do Estado do Amapá

✓ Termo de cooperação técnica e pedagógica que entre si celebram o Ministério Público do Estado do Pará – MPPA, por meio da Procuradoria-Geral de Justiça, com a interveniência do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do MPPA e o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo - CEAF/ESMP- SP.

✓ Primeiro termo aditivo ao termo de cooperação técnico-científica nº 002/2019-MP/PA, que entre si celebram a Universidade Federal do Pará, por intermédio do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, e o Ministério Público do Estado do Pará, para execução de ações necessária ao desenvolvimento de projetos, atividades voltadas para pesquisa, participação em eventos, bem como a oferta do curso de Pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado, nas áreas de interesse dos partícipes.

✓ Primeiro termo aditivo ao termo de cooperação técnico-científica que entre si celebram a Universidade Federal do Pará, por intermédio do Programa de Pós-graduação em Direito e o Ministério Público do Pará, para execução de ações necessárias ao desenvolvimento de projetos, atividades voltadas para pesquisa, participação em eventos, bem como a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, e cursos de aperfeiçoamento, nas áreas de interesse dos partícipes.

PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2023

O CEAF renova seu compromisso de continuar promovendo o aprimoramento cultural e profissional, a atualização e a especialização do conhecimento dos membros e servidores do Ministério Público do Estado do Pará, de forma presencial ou através das plataformas virtuais.

Dessa feita os programas educacionais de atuação ministerial serão disponibilizados por meio da oferta de cursos que contemplarão matérias nas áreas cível, processual e do cidadão; criminal, execução penal, e controle externo da atividade policial; infância e Juventude; direitos sociais da Educação, Saúde e da Assistência Social; direitos humanos; ambiental; defesa do patrimônio público e combate à sonegação fiscal, assim temas. Acrescenta-se a isso, os treinamentos nas áreas técnica e de gestão, bem como programa de desenvolvimento pessoal.

Nesse sentido, para o ano de 2023 serão ofertados cursos como: Formação de novos promotores de justiça; adaptação funcional e treinamentos técnicos operacionais diversos para novos servidores, haja vista que o MPPA receberá novos integrantes neste ano; oferta de mestrado profissional em Administração Pública; Especialização em Direito Eleitoral; aperfeiçoamento em Noções de Medicina Legal todos em parceria com renomadas instituições públicas e privadas de referência internacional e nacional; programa de integridade institucional; programa de formação em licitação e contratação para as administrações públicas inseridas na Lei nº 14.133/2021; programa de saúde mental, físico e espiritual; curso de gestão de promotorias; semana da criança e do adolescente; ciclo de diálogos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e Combate à violência contra a mulher; atualização e reforço na LGPD e Administração Pública; Gestão em Tecnologia da informação; cursos básico e avançado em libras. Previsto também, a concessão de subvenções para participação em congressos, simpósios, seminários, cursos técnicos e outras modalidades de capacitação externa ao MPPA.

PUBLICAÇÕES

O CEAF realizará no ano letivo de 2023 o lançamento e a publicação, da Revista do Ministério Público 2022, do E-Book Literário: Ministério Público e Literatura e do E-Book Jurídico: "Ministério Público e Novas Tecnologias: avanços, desafios e perspectivas", 2023; o Portifólio CEAF 203, além de editar cartilhas sobre temas diversos oriundos dos órgãos auxiliares da Procuradoria Geral de Justiça, procuradorias, promotorias e demais demandantes da instituição. Destaca-se ainda, distribuição do calendário 2023 para as unidades administrativas, fruto de parceria para realização do concurso de fotografias com o Departamento de Recursos Humanos, CEAF fará ainda a nova edição da coletânea da Lei orgânica e Constituição.

PARCERIAS, CONVÊNIOS E TERMOS DE COOPERAÇÃO

O CEAF estabelecerá novas parcerias com universidades e instituições de pesquisa e extensão como forma de fomentar práticas inovadoras, pesquisas, diagnósticos e oferta de cursos.

Objetivamente, o planejamento do CEAF para o ano de 2023 contempla a celebração de convênios com a Fundação Getúlio Vargas para oferta de mestrado profissional em Administração Pública; com o Centro de Ensino Superior para oferta de curso de Especialização em Direito Eleitoral; com a Escola Superior do Ministério Público de São Paulo para oferta de cursos jurídicos, termo aditivo com a Universidade Federal do Pará – PPGD para realização do projeto Governança e Uso Sustentável dos Royalties dos Recursos naturais nos Municípios Paraenses; ampliar as parcerias com a Escola Nacional de Administração Pública ENAP para oferta de cursos de referência nas áreas estratégicas do MPPA.

5.3 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Durante o ano de 2022, o Departamento de Informática do Ministério Público do Estado do Pará focou sua atuação na melhoria e expansão da infraestrutura computacional da sede e das promotorias de justiça localizadas por todo o estado. Neste sentido, foram realizadas diversas licitações onde foram adquiridos equipamentos e sistemas para serem utilizados pelos membros e servidores da instituição.

Departamento destaca como mais importantes:

a) **Aquisição e instalação do SAJMP**, novo sistema da área finalística integrado ao PJe e demais ferramentas do sistema judiciário que trouxe agilidade e evita retrabalho na alimentação dos sistemas externos e internos;

b) **aquisição e distribuição de notebooks** que são utilizados pelos Membros do MPPA para apoiar a execução de suas atividades fora da promotoria;

c) **Aquisição de Computadores, Impressoras** e Servidores para armazenamento de arquivos para substituir os equipamentos existentes nas Promotorias de Justiça que, em função do tempo de uso, passaram a apresentar problemas prejudicando a execução da atividade finalística do MPPA;

d) **Aumento da velocidade do link de Internet** em todas as Promotorias de Justiça atendidas pela PRODEPA, para dar vazão a alta demanda de audiências por videoconferência e melhorar a utilização dos sistemas finalísticos, ou seja, PJE, SEEU, SAJMP e SIMP;

e) **Aquisição de Firewall e Antivírus** para as Promotorias de Justiça e Sede para aumentar a segurança das informações armazenadas nestas localidades;

f) **Implantação do Diário Oficial do Ministério Público do Estado do Pará** que permitiu que o MPPA tenha autonomia sobre a publicação de seus Atos Finalísticos e Administrativos.

Além das aquisições destacadas como principais, também houve investimento na **aquisição de softwares** de produtividade, desenho técnico, gestão de projetos, desenvolvimento de sistemas, software básico, gerenciamento de ativos e insumos para impressoras.

Também é importante informar que parte do orçamento foi destinada a **capacitação dos servidores do Departamento de Informática** em tecnologias, frameworks, metodologias e ferramentas para que estes estejam atualizados em relação as melhores práticas do mercado e possam incorporar ao dia a dia do MPPA conceitos e práticas atuais.

PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2023

Para o ano de 2023, o Departamento de Informática tem como meta:

a) finalizar a aquisição e instalação do **novo data center** e dos equipamentos para ele;

b) **Contratar Central de Serviços** para agilizar o atendimento às demandas internas diminuindo o tempo de inatividade por problemas em equipamentos e serviços;

c) Aquisição e instalação de **novo software para Gestão de Pessoas**;

d) Aquisição e instalação de **novo software para Gestão Administrativa** permitindo que o MPPA tenha maior controle e gestão sobre seus ativos e investimentos;

e) Aquisição e Instalação de **nova solução de backup** que trará ainda mais segurança para a instituição.

Além dos destaques acima citados, o Departamento de Informática pretende avançar na:

a) **aquisição de equipamentos** para a melhoria das condições de trabalho dos membros e servidores do órgão;

b) implantação de rotinas e **métodos de Governança e Gestão de TI**;

c) **melhoria da infraestrutura das promotorias de justiça**;

d) **aquisição de equipamentos e softwares** para incrementar a segurança das informações armazenadas no órgão;

e) **capacitação dos servidores do Departamento de Informática** em disciplinas como Business Intelligence, Big Data, Inteligência Artificial e outras que permitam a manipulação e tratamento de grandes massas de dados aplicadas na melhoria da atuação do Ministério Público em prol da sociedade.

5.4 GESTÃO DA INFRAESTRUTURA

Na busca de uma maior aproximação com a sociedade, o MPPA está presente em todas as regiões do Pará, utilizando-se dos instrumentos processuais e extraprocessuais, na defesa dos interesses sociais e indisponíveis, por meio de suas Promotorias de Justiça.

Dos 144 (cento e quarenta e quatro) municípios paraenses, o MPPA contou, no exercício financeiro de 2022, com a seguinte realidade de suas instalações físicas:

■ **25 (vinte e cinco) municípios não possuem Promotorias de Justiça instaladas**

REGIÃO ADM/POLO	COMARCA
RA/MP 03 NORDESTE I	TERRA LATA
RA/MP 03 NORDESTE I	SÃO JOÃO DA PONTA
RA/MP 04 NORDESTE II	CACHOEIRA DO PIRIÁ
RA/MP 04 NORDESTE II	NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ
RA/MP 04 NORDESTE II	QUATIPURU
RA/MP 04 NORDESTE II	TRACUATEUA
RA/MP 07 MARAJÓ I	SANTA CRUZ DO ARARI
RA/MP 09 SUDESTE I	ABEL FIGUEREDO (termo de Rondon do Pará)
RA/MP 09 SUDESTE I	BOM JESUS DO TOCANTINS
RA/MP 09 SUDESTE I	BREJO GRANDE DO ARAGUAIA
RA/MP 09 SUDESTE I	NOVA IPIXUNA (termo de Marabá)
RA/MP 09 SUDESTE I	PALESTINA DO PARÁ (termo de São João do Araguaia)
RA/MP 09 SUDESTE I	PIÇARRA (Termo de São Geraldo do Araguaia)
RA/MP 10 SUDESTE II	ÁGUA AZUL DO NORTE
RA/MP 10 SUDESTE II	BANNACH
RA/MP 10 SUDESTE II	CUMARU DO NORTE
RA/MP 10 SUDESTE II	FLORESTA DO ARAGUAIA
RA/MP 10 SUDESTE II	PAU D'ARCO
RA/MP 10 SUDESTE II	SANTA MARIA DAS BARREIRAS
RA/MP 10 SUDESTE II	SAPUCAIA
RA/MP 13 SUDOESTE I	PLACAS
RA/MP 13 SUDOESTE II	TRAIRÃO
RA/MP 15 BAIXO AMAZONAS	BELTERRA
RA/MP 15 BAIXO AMAZONAS	CURUÁ
RA/MP 15 BAIXO AMAZONAS	MOJÚÍ DOS CAMPOS

Existem Promotorias de Justiça instaladas em 118 municípios, servindo-se de instalações físicas diversas:

Quantidade	Situação
56 (cinquenta e seis)	Promotorias de Justiça que funcionam em <u>salas do fórum</u> (de 2021 para 2022, saíram 06 Promotorias dos Fóruns)
16 (dezesesseis)	Promotorias de Justiça que funcionam em <u>prédios locados</u>
1 (uma)	Promotorias de Justiça que funcionam em <u>prédio cedido</u>
45 (quarenta e cinco)	Promotorias de Justiça que funcionam em <u>sede própria</u> (excetuando Belém I – capital) – 31,25% do total dos municípios.

CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS

Os custos com construções, reformas e serviços de engenharia para conservação e manutenção de imóveis do Ministério Público Paraense, alcançaram em 2022 o valor de R\$ 27.630.722,02, quase triplicando os resultados alcançados em 2021, em metas físicas.

Este valor está segregado em R\$ 6.043.005,09 para as despesas com reformas, conservação e manutenção de bens imóveis, R\$ 3.169.856,93 em custos com obras e projetos de novas instalações e R\$ 18.417.860,00 em inversões e aquisições.

Os recursos utilizados com reformas, em 2022, individualmente, também quase triplicaram, em comparação aos valores executados em 2021, que ainda sofreu pelo impacto da pandemia COVID-19, evidenciando o alinhamento com o desafio institucional, do objetivo 06, do Planejamento Estratégico Institucional – PEI, de *fomentar práticas de governança e gestão orientadas para resultados*, por meio do fortalecimento das ações com reformas e manutenções prediais, visando garantir a funcionalidade adequada para as unidades institucionais, no desenvolvimento de suas atribuições.

Outro significativo aporte de recursos, em 2022, foi o realizado em obras, projetos de novas instalações, inversões e aquisição, representando um grande impacto no crescimento em áreas úteis edificáveis, para possibilitar a reestruturação, já imperiosa, de unidades administrativas e construção de novas sedes de Promotorias de Justiça, na capital e interior. O referido resultado foi alcançado, por meio das desapropriações dos terrenos da Grisólia, Edifício Rofama, terrenos em Santa Isabel do Pará, Itaituba e Mosqueiro, totalizando R\$ 21.587.716,93, em investimentos.

Em abril de 2022 foi concluída a construção da sede da Promotoria de Justiça de Altamira. Iniciada em 2013, a obra passou por duas rescisões unilaterais de contratos (abandono de obra), e sua conclusão ocorreu somente em 2022, por meio do Termo de Cooperação Técnica nº 002/2021, realizado com a empresa Norte Energia. Ainda no município, foi doado terreno contíguo a Promotoria de Justiça, pela municipalidade, para construção de estacionamento e ampliação futura da Promotoria.

Foram concluídas as reformas das antigas residências oficiais que se encontravam sem uso, através de contratos próprios, para funcionamento das novas sedes do MP nos municípios de Vigia, Tucumã e São Domingos do Capim. Ainda, permaneceram, em andamento, em 2022, as reformas para adaptações das antigas residências oficiais em sedes, nos municípios de Oriximiná, Mãe do Rio, Muaná e Curionópolis, em sintonia ao desafio institucional, do objetivo 06, do Planejamento Estratégico Institucional, de ampliar gradativamente o processo de gestão interiorizada, como instrumento útil à promoção de condições de espaços físicos e operacionais de trabalho para membros e servidores do MPPA, garantindo a adequada prestação de serviços à sociedade.

Por meio da doação de imóvel, no município de São Geraldo do Araguaia, também foi construída a sede da Promotoria de Justiça, no município, que antes funcionava nas dependências do Fórum.

Em andamento se encontram as construções das sedes de Canaã dos Carajás, por meio do Convênio nº 01/2020, celebrado com o município; Cametá e Mojú.

Serviços de engenharia foram realizados em diversos municípios por meio das atas de registro de preços para Serviços Comuns de Engenharia n.º 044/2021 e 044/2022.

Foram iniciadas as licitações para as construções das novas sedes de Barcarena, Tomé-Açu e Abaetetuba.

Foi iniciada a licitação para contratação dos projetos para a construção das sedes de Benevides, São Miguel do Guamá, Santa Isabel do Pará, Estacionamento no terreno da Grisólia, Tucuruí, São João do Araguaia, Itaituba e Prainha, e projetos para as reformas para adaptação do edifício Rofama, que receberá Promotorias de Justiça e Unidades Administrativas, e reformas dos espaços do Auditório de Ananindeua e Auditório de Belém e Plenário, por meio do GEDOC nº 149386/2022.

Foi iniciada a contratação dos projetos para construção da Nova Sede do Ministério Público, por meio do GEDOC nº 158549/2022.

O detalhamento dos gastos é demonstrado a seguir nos quadros de reforma e obras respectivamente:

REFORMAS

Detalhamento	Local	Liquidado
Reforma Imóvel doado	São Geraldo do Araguaia	79.582,87
Reforma Residência Oficial do MPPA	São Domingos do Capim	227.929,61
Reforma Residência Oficial do MPPA	Vigia	162.162,83
Reforma Residência Oficial do MPPA	Tucumã	631.646,56
Reforma Residência Oficial do MPPA	Oriximiná	96.224,32
Reforma no Theatro Victória	Santarém	6.553,71
Reforma da sede da Promotoria de Justiça	Santarém	729.404,95
Reforma da sede da Promotoria de Justiça	Óbidos	164.333,69
Reforma da sede da Promotoria de Justiça	Alenquer	159.761,30
Reforma da sede da Promotoria de Justiça	Castanhal	71.304,35
Reforma no imóvel locado para devolução	Altamira	31.174,21
Reforma da sede da Promotoria de Justiça	Redenção	256.899,52
Reforma da sede da Promotoria de Justiça	Tucuruí	31.060,11
Reforma da sede da Promotoria de Justiça	Monte Alegre	62.403,44
Reforma Residência Oficial do MPPA	Mãe do Rio	516.782,51
Reforma Residência Oficial do MPPA	Muaná	55.813,52
Reforma Residência Oficial do MPPA	Curionópolis	373.014,02
Serviços de limpeza e instalação do tapume terreno Grisólia	Belém	79.999,99
Serviço de escoramento Grisólia	Belém	102.881,80
Reforma Galpão Tamandaré	Belém	311.797,41
Reforma Adequação sistema de incêndio Sede e Anexos	Belém	329.550,12
Reforma do Gabinete da Procuradoria Geral de Justiça	Belém	435.700,94
Serviços Comuns de Eng. ARP 044/2021	Santa Isabel do Pará	8.651,12
Serviços Comuns de Eng. ARP 044/2022	Santa Isabel do Pará	107.861,06
Serviços Comuns de Eng. ARP 044/2021	Salinópolis	58.666,90
Serviços Comuns de Eng. ARP 044/2021	Igarapé-Miri	47.006,64
Serviços Comuns de Eng. ARP 044/2021	Santo Antônio do Tauá	6.021,68
Serviços Comuns de Eng. ARP 044/2021	Marituba	8.844,51
Serviços Comuns de Eng. ARP 044/2021	Paragominas	8.209,20
Serviços Comuns de Eng. ARP 044/2021	Cametá	9.618,92
Serviços Comuns de Eng. ARP 044/2021	Belém	323.027,26
Serviços Comuns de Eng. ARP 044/2022	Belém	538.795,36
Serviços Comuns de Eng. ARP 044/2022	Benevides	10.320,66
	TOTAL	6.043.005,09

Informações Qualitativas: Reformas

- Através do **Projeto de Interiorização da PGJ**, foram realizados levantamentos *in loco* para a execução de reformas nas sedes de polo, que necessitavam de manutenção, como Tucuruí e Castanhal (concluídas), Redenção e Santarém (em andamento); Capanema, Marabá e Parauapebas (em licitação), Abaetetuba (em adaptação imóvel locado) para a construção da nova sede (em licitação). Em Soure e Paragominas foram realizados levantamentos para realização das reformas, que ocorrerão em 2023.

- A sede da região administrativa Marajó II – Breves, está com o terreno, para a construção da futura sede, em fase de promulgação do Decreto municipal de doação ao MPPA.
- As segundas entrâncias também foram objeto de atuação, com reformas significativas, em sedes que necessitavam de manutenção, para atender ao perfil de cargos e volume processual da Promotoria, foram reformadas as sedes de Óbidos, Alenquer, Monte Alegre, Santa Isabel do Pará, Marituba e Salinópolis.
- As Promotorias de Justiça de Cametá, Moju, Canaã dos Carajás, Mãe do Rio e Oriximiná, estão com as construções das suas sedes em andamento, e em licitação, estão as construções das sedes de Barcarena e Tome-Açu, e a reforma da sede da Promotoria de Justiça de Xinguara.
- As Promotorias de Justiça de Igarapé-Miri, São Domingos do Capim, Vigia de Nazaré, Tucumã e São Geraldo do Araguaia saíram dos Fóruns, para sedes próprias e ainda este ano sairão: Cametá, Moju e Oriximiná.

OBRAS

Unidades	Local	Liquidado
Total Obras		3.169.856,93
Construção do Memorial Covid	Ananindeua	52.999,99
Serviços complementares na construção da sede	Altamira	225.813,18
Construção nova Sede	Canaã dos Carajás	1.353.464,96
Construção nova Sede	Moju	701.582,12
Construção nova Sede	Cametá	827.612,95
ARP 056/2021 Elaboração de Projetos	Outilândia do Norte	5.266,38
ARP 056/2021 Elaboração de Projetos	Tomé-Açu	665,00
ARP 056/2021 Elaboração de Projetos	Belém	2.452,35
Inversões		16.122.860,00
Edifício Rofama	Belém	14.000.000,00
Terreno para construção da sede (*)	Itaituba	738.000,00
Terreno para construção da sede	Mosqueiro	271.860,00
Terreno para construção da sede (*)	Santa Isabel do Pará	1.113.000,00
Aquisições		2.295.000,00
Aquisição de sala para instalação da representação do MPPA	Brasília	2.295.000,00

(*) Destaques orçamentários para a PGE

Informações Qualitativas: Obras

- As obras iniciadas em 2021, continuaram sua execução em 2022, como as sedes Canaã dos Carajás, Mojú e Cametá, tiveram um bom desempenho e serão inauguradas em 2023, todas segundas entrâncias.
- E, se encontram em licitação as obras de construções das novas sedes de Barcarena, Abaetetuba e Tomé-Açu, também segundas entrâncias e sede de polo.

- A construção da sede de Oriximiná, outra segunda entrância, teve a rescisão unilateral do contratual, por abandono da empresa, contudo a licitação foi novamente realizada e iniciou novo contrato, para conclusão da obra, com previsão de inauguração para o primeiro semestre de 2023.
- Foi iniciada, em 2022, a licitação para os projetos da Nova Sede do Ministério Público, projeto estratégico, de suma importância para o futuro da Instituição, será realizado por meio de TED - Termo de Execução Descentralizada com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDOP, e terá vigência de doze meses. O novo prédio visa reestruturar o MPPA pelos próximos 50 anos, e tem como um dos seus diferenciais pleitear a certificação ambiental LEED - Leadership in Energy and Environmental Design que é um sistema internacional de certificação e orientação ambiental para edificações utilizado em mais de 160 países, e possui o intuito de incentivar a transformação dos projetos, obra e operação das edificações, sempre com foco na sustentabilidade de suas atuações.

Informações Qualitativas: Inversões e Aquisições

- A parceria dos Órgãos como SEDOP e PGE tem fortalecido muito as ações de desapropriações nos municípios que necessitam de construção de sedes, como ocorreu em Itaituba, Santa Isabel do Pará e Mosqueiro.
- Como aquisição, em cumprimento a Recomendação 057/2017 do CNMP, foi adquirida sala, com 141,66 m², para instalação do escritório de Representação do MPPA, em Brasília, no moderno condomínio Complexo Brasil 21. A ação teve o objetivo de fortalecer a atuação da instituição na capital federal.

PLANEJAMENTO OBRAS E REFORMAS 2023

Reformas

Unidades	Local	Contrato	Valor
Total Reformas			18.670.013,02
Outras Reformas não mapeadas	Belém I		300.000,00
Reforma do Edifício <u>Rofama</u> (reserva)	Belém I		5.000.000,00
Reforma Casa <u>Asmamar</u>	Belém I		100.000,00
Reforma Casa Maria das Neves	Belém I		120.000,00
Reforma do Auditório e Sala Multiuso	Belém I		225.051,38
Reforma Sistema Elétrico	Belém I		250.000,00
Reforma Plenário e 4º andar	Belém I		319.061,34
Reforma Auditório e Guarita dos militares	Belém II		313.100,96
Reforma da Sede (reserva)	Igarapé-Açu		250.000,00
Reforma e adaptação da Residência Oficial em Sede	Augusto Corrêa		253.815,18
Reforma <u>Theatro</u> Vitória	Santarém		450.000,00
Serviços Comuns de Engenharia para manutenção predial	Belém I, II, Nordeste I, II, II e IV, Tocantins e Marajó I e II. I	Prevista	2.000.000,00
Reforma da Sede	Itaituba	Prevista	150.000,00
Reforma e adaptação da Residência Oficial em Sede	Curuçá	Prevista	402.732,03
Reforma e adaptação da Residência Oficial em Sede	Portel	Prevista	300.000,00
Reforma e adaptação da Residência Oficial em Sede	Limoeiro do <u>Ajuarú</u>	Prevista	552.816,96
Reforma e adaptação da Residência Oficial em Sede	Marapanim	Prevista	323.860,00
Reforma e adaptação da Residência Oficial em Sede	Primavera	Prevista	258.941,13
Reforma e adaptação da Residência Oficial em Sede (reprogramação)	Oriximiná	160/2022	102.294,31
Reforma da PJ	Marabá	Em licitação	1.500.000,00
Reforma da PJ	Ourlândia no Norte	Prevista	572.720,00
Reforma da PJ	Paragominas	Prevista	50.000,00
Reforma da PJ	Xinguara	Em licitação	55.819,32
Reforma da PJ	Santarém	078/2022	521.154,28
Reforma Residência Oficial em sede	Curionópolis	079/2022	356.181,24
Reforma Residência Oficial em sede	Muaná	075/2022	345.727,74
Reforma da Sede da PJ	Redenção	084/2022	346.737,15
Serviços de reestruturação das instalações Elétricas no Ed Sede	Belém	Prevista	250.000,00
Terceirização do Serviço de manutenção (reserva)	Belém	Prevista	3.000.000,00

Obras

Unidades	Local	Contrato	Valor
Total Obras			17.919.027,72
Ata de Registro de Preços de projetos	Diversos	Previsto	1.700.000,00
Construção de Sede Anexo III (reserva)	Belém	Previsto	500.000,00
Construção estacionamento terreno <u>Grisólia</u> e Data Center (reserva)	Belém	Prevista	1.961.780,67
Obras Cíveis Elevadores PJ Criminal	Belém	Previsto	80.000,00
Obras Cíveis Elevadores Ed Sede	Belém	Previsto	100.000,00
Construção nova Sede	Capanema - sede	Previsto	300.000,00
Construção nova Sede (reserva)	Benevides	Previsto	1.144.853,02
Construção nova Sede (reserva)	Breves - sede	Previsto	300.000,00
Construção ampliação sede (reserva)	Bragança	Previsto	1.024.829,92
Construção nova Sede	Cametá	63/2021	853.476,08
Construção nova Sede	Canaã dos Carajás	60/2021	746.185,20
Construção nova Sede	Moju	62/2021	936.881,69
Construção nova Sede (reserva)	Itaituba - sede	Previsto	800.000,00
Construção nova Sede (reserva)	São Miguel do Guamá	Previsto	600.000,00
Construção nova Sede (reserva)	Tucuruí - sede	Previsto	800.000,00
Construção nova Sede (reserva)	Abaetetuba	Em licitação	2.000.000,00
Construção Anexo (reserva)	Marabá	Previsto	400.000,00
Construção nova Sede	Barcarena	Em licitação	2.000.000,00
Construção nova Sede	Tome-Açu	Em licitação	1.880.000,00
Construção nova Sede (reserva)	Praia	Previsto	643.250,00
Elevador PJ Criminal	Sede	Previsto	329.296,58
Elevadores Ed Sede	Sede	Previsto	643.241,44
Construção do Estacionamento (reprogramação já em execução)	Rondon do Pará	208/2022	175.233,12
Inversões			650.000,00
Imóvel para ampliação PJ Criminal	Belém	Não iniciada	450.000,00
Terreno para construção PJ	Salinópolis	Em execução	200.000,00

5.5 EFICIÊNCIA OPERACIONAL

✓ **Serviços de Limpeza e Conservação**

Atualmente a Instituição conta com 18 contratos terceirizados de serviços de limpeza e conservação, contemplando 61 comarcas o que representa um total de 126 postos de serviço, permitindo uma maior regularidade nessa área, uma vez que os serviços deixaram de ser prestados por diaristas, garantindo com isso um ambiente de trabalho mais saudável/higienizado para membros, servidores, colaboradores e a população em geral que acessa os prédios do MPPA;

Renovada a parceria existente com a Secretaria de Administração do TJE que permitiu que, nas unidades do MPPA que funcionam dentro dos prédios do Fórum, os serviços de limpeza desses espaços sejam realizados por empresa terceirizada contratada pelo TJE, sem custos para o MPPA;

Contratação de 49 novos postos de trabalho nas áreas de telefonista, recepcionista e copeiro, dotando as sedes das regiões administrativas com serviços essenciais para melhor atendimento da população e das condições de trabalho internas nas unidades do MPPA em todo o Estado;

✓ **Serviços de Energia Elétrica, Água e Esgoto e Telefonia Fixa e Móvel**

Início do processo de ampliação dos serviços de telefonia móvel com o recebimento de 408 novos aparelhos celulares, finalizando o ano com 538 linhas ativas, o que permitiu a disponibilização de uma linha móvel celular para comunicação institucional dos membros e destes com os jurisdicionados nas comarcas, em todo o Estado;

✓ **Biblioteca**

Renovação e ampliação do acervo da biblioteca bem como a ampliação de serviços e publicações em meio digital;

✓ **Serviço de Artes Gráficas**

Aquisição de novos equipamentos para ampliação da capacidade e do volume de impressões de materiais institucionais;

✓ **Serviços de Dedetização/Desratização/Descupinização**

Realização de procedimentos de dedetização, descupinização e desratização em várias unidades do MPPA em todo o Estado;

✓ **Processo Administrativo Eletrônico**

Início do processo de cadastramento e transição do PAE 3.0 para o 4.0 seguindo o cronograma definido pela SEPLAD/Prodepa mantendo a participação institucional nesse sistema de envio eletrônico de documentos, o que garante uma maior celeridade na troca de informações entre os diversos órgãos que integram essa rede;

Aquisição de duas novas vans e de dois caminhões, sendo um de pequeno e um de grande porte para substituição dos veículos que estavam em uso há mais de dez anos pela instituição;

Início do processo de contratação dos serviços de locação de veículos para substituição dos modelos atuais por picapes, mais adequadas a realidade das comarcas no interior do Estado;

Em 2022 a locação eventual de veículos teve um crescimento na ordem de 32% em relação ao ano de 2021, motivada pela retomada da rotina administrativa em função dos avanços da imunização contra a Covid-19 e da flexibilização das medidas sanitárias restritivas;

✓ **Emissão de Passagens Aéreas**

Em 2022 a emissão de passagens aéreas teve um crescimento na ordem de 126% em relação ao ano de 2021, motivada pela retomada da rotina administrativa em função dos avanços da imunização contra a Covid-19 e da flexibilização das medidas sanitárias restritivas;

PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2023

- Contratação do serviço de locação de veículos objetivando a renovação de 100% da frota institucional bem como a adequação dos modelos dos veículos a região onde os serviços serão executados;
- Contratação de serviços terceirizados de motoristas a fim de implementar um novo modelo de gestão e execução desses serviços em todo o Estado;
- Aquisição de software para digitalização e gestão dos documentos institucionais;
- Inauguração do espaço destinado ao Serviço de Transportes, com a garagem dos veículos institucionais;
- Contratação de serviço de telefonia em nuvem para ativação de novos serviços e modernização do modelo atual de telefonia fixa, permitindo uma qualidade maior e um universo de novos serviços decorrente da tecnologia a ser contrata;

- Aquisição de mobiliária para renovação do já existente em nossas unidades que pelo tempo de uso necessitem de substituição bem como para implantação em todos os novos prédios que se encontram com previsão de inauguração em 2023.

Belém, 27 de março de 2023



CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

